

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

VERLAINE CRISTINA DE PAULA

**SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL, VIOLÊNCIA E TAXA DE HOMICÍDIOS DE  
JOVENS NO ESPAÇO URBANO DE SARANDI**

**MARINGÁ  
2020**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

P324s	<p>Paula, Verlaine Cristina de Segregação socioespacial, violência e taxa de homicídios de jovens no espaço urbano de Sarandi / Verlaine Cristina de Paula. -- Maringá, PR, 2020. 74 f.: il. color., maps.</p> <p>Orientadora: Profa. Dra. Marivânia Conceição Araújo. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2020.</p> <p>1. Segregação socioespacial - Sarandi (PR). 2. Violência urbana - Jovens - Sarandi (PR). 3. Homicídios - Jovens - Sarandi (PR). 4. Criminalidade. I. Araújo, Marivânia Conceição, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.</p> <p>CDD 23.ed. 303.6</p>
-------	---

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

VERLAINE CRISTINA DE PAULA

**SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL, VIOLÊNCIA E TAXA DE HOMICÍDIOS DE  
JOVENS NO ESPAÇO URBANO DE SARANDI**

Dissertação apresentada por Verlaine Cristina de Paula ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá como um dos requisitos para obtenção do título de mestre em Ciências Sociais.

Área de Concentração: SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marivânia Conceição Araújo.

**MARINGÁ  
2020**

VERLAINE CRISTINA DE PAULA

**Segrega ão socioespacial, violencia e taxa de homicidios de jovens no espao urbano de Sarandi**

Dissertapao apresentada ao Programa de Pos-Graduapao em Ciéncias Sociais do Centro de Ciéncias Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringa, como requisito parcial para obtenpao do titulo de Mestre em Ciéncias Sociais pela Comissao Julgadora composta pelos membros:

COMISSAO JULGADORA

---

Profi. DC. Marivânia Conceipao de Araujo  
Universidade Estadual de Maringa (Presidente)



Prof. Dr.ª. Celene Tonella  
Universidade Estadual de Maringa (UEM)



Profi. Dfi. Liana Lopes Bassi  
Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Aprovada em 28 de agosto de 2020

Realizada por videoconferéncia conforme Resolupao n° 026/2020 - PGC

“É melhor prevenir os crimes do que ter de puni-los.....”

## AGRADECIMENTOS

É chegado o momento dos agradecimentos e eu gostaria de dividir as virtudes deste texto com todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para que esta dissertação fosse concluída.

Agradeço à UEM, a qual faço parte desde de 1996 quando iniciei minha graduação, e que sempre me levou para o caminho dos sonhos e realizações;

Agradeço aos meus familiares e amigos, que pacientemente conviveram comigo nas boas e nas más horas desta caminhada;

Marivânia Araújo, orientadora e amiga, sabiamente me fez cruzar o trajeto e instigou meu conhecimento e buscas que resultou nesta dissertação. A ela sou imensamente grata;

Ao PEMSE que deu o primeiro empurrão inicial para que eu encontrasse nas Medidas Socioeducativas o interesse e o pontapé profissional que permitiu e incentivou o pensar na violência;

Ao município de Sarandi e Marialva que me ofereceu a oportunidade para aliar meu tema de preocupação acadêmica com minha atividade profissional e que contribuiu com os dados da minha pesquisa;

A Delegacia Civil de Sarandi e em especial ao investigador Morales, por abrir as portas para que eu pudesse ter acesso aos dados dos meus necessários para este trabalho.

À professora Simone da Costa Pereira e Celene Tonella por ter aceitado participar da banca da minha qualificação e pelas grandes contribuições por ela realizadas e que foram cruciais na finalização dessa pesquisa. A Liana minha professora na graduação a qual me inspirou tanto profissionalmente como assistente social e que venho contribuir tanto no meu trabalho final e a professora Celene novamente presente.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais que contribuíram diretamente na minha formação nessa etapa.

Aos tantos amigos que me ajudaram na realização do trabalho e que, nesse momento seria impossível citar todos. Em especial a Marisa de Almeida que durante toda pós-graduação (mestrado) esteve comigo, seja nas aulas, nos Congressos como também no muro das lamentações. A vocês todo o meu amor e gratidão.

As minhas amigas Carla e Fabiane, companheiras de trabalho que muitas vezes escutaram e foram pacientes na minha caminhada diária da escrita da dissertação. Meu carinho e gratidão sempre.

Aos meus pais Catarina e Altamiro de Paula que fizeram de mim o que eu sou. Em especial a minha mãe que foram os meus olhos nos momentos de escuridão, mesmo tendo tantas discussões no caminho. Ao meu pai que foi embora viver com Deus no dia da prova escrita para ingressar no mestrado, e me deu forças para finalizar. Os dois foram sempre os meus pés que me conduziram nessa caminhada. Amo eternamente.

Aos meus filhos João Pedro e Júlia motivos de viver todos os dias, que sempre mesmo não deixando eu estudar em busca de atenção são os verdadeiros motivos para eu querer sempre crescer. Amor incondicional e eterno.

Ao meu esposo José Rondinei que esteve ao meu lado nesses últimos 13 anos, construindo o presente e o futuro e com muita paciência nos meus dias de stress.

A minha querida e eterna Dinha, que tenho só sentimentos lindos e puro para dizer desse anjo na terra. Sempre orando e incentivando minha caminhada. Eterna gratidão.

A minha irmã Rosimeiri que mesmo tão longe fisicamente, sempre esteve tão presente no incentivo muitas vezes sem ao menos perceber, estaremos sempre juntas e de mãos dadas.

Enfim, agradeço a todas essas pessoas que muitas vezes deixei o convívio, me ausentando de reuniões, almoços e encontros por estar ocupada demais com a pesquisa. Sem vocês esse trabalho, provavelmente, não teria sido tão importante. Obrigada a todas que, junto comigo, de uma forma ou de outra escreveram e tornaram possível esta pesquisa.

Obrigado a Deus por ter me concedido o dom da vida e da sabedoria.

Gratidão....

PAULA, Verlaine Cristina. **SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL, VIOLÊNCIA E TAXA DE HOMICÍDIOS DE JOVENS NO ESPAÇO URBANO DE SARANDI.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Dr.<sup>a</sup> Marivânia Conceição de Araújo (orientadora) – UEM. Maringá, 2020.

## **RESUMO**

A violência urbana é um fenômeno que vem se constituindo como um grave problema para a sociedade brasileira e para o mundo. Dados da Organização Mundial da Saúde revelam que entre 2015 e 2016 o Brasil passou a ter a sétima maior taxa de homicídio da região das Américas, com um indicador de 31,3 mortes para cada 100 mil habitantes. Dentro desta conjuntura se fez necessário compreender a violência urbana como um dos propulsores dos homicídios no espaço urbano de Sarandi, priorizando a dimensão socioespacial e se fazendo entender como a criminalidade pode influenciar na vida das pessoas que moram nesse espaço segregado. Esta pesquisa traz a discussão da criminalidade, da violência e dos homicídios e tem como objetivo principal analisar a dinâmica da violência criminal no espaço urbano da cidade de Sarandi considerando as taxas de homicídios dolosos de jovens de 15 a 29 anos no período de 2014 a 2018. Os procedimentos metodológicos da pesquisa contemplam: o levantamento bibliográfico; a elaboração do referencial teórico acerca dos conceitos sobre segregação urbana; pobreza; violência urbana; criminalidade; jovens; levantamento de dados junto a Delegacia da Polícia Civil sobre os índices de homicídios de jovens em Sarandi. O principal resultado que a pesquisa apresenta, são que os jovens de 15 a 29 anos no município de Sarandi, expostos a violência estão nos bairros que apresentam, falta de estrutura e precariedade dos equipamentos sociais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Segregação. Violência Urbana. Adolescentes. Homicídios. Sarandi.



PAULA, Verlaine Cristina. **SOCIO-SPATIAL SEGREGATION, VIOLENCE AND HOMICIDE RATE FOR YOUNG PEOPLE IN THE URBAN SPACE OF SARANDI.**

Dissertation (Master in Social Sciences) - State University of Maringá. Advisor: Dr.<sup>a</sup> Marivânia Conceição de Araújo (advisor) - UEM. Maringá, 2020.

**ABSTRACT**

Urban violence is a phenomenon that is becoming a serious problem for Brazilian society and the world. Data from the World Health Organization reveal that between 2015 and 2016 Brazil started to have the seventh highest homicide rate in the region of the Americas, with an indicator of 31.3 deaths for every 100 thousand inhabitants. Within this context, it was necessary to understand urban violence as one of the drivers of homicides in the urban space of Sarandi, prioritizing the socio-spatial dimension and making it understood how crime can influence the lives of people who live in this segregated space. The research brings the discussion of crime, violence and homicides and its main objective is to analyze the dynamics of criminal violence in the urban space of the city of Sarandi considering the homicide rates of young people aged 15 to 29 years in the period from 2014 to 2018. The research methodological procedures include: the bibliographic survey; the elaboration of the theoretical framework on the concepts of urban segregation; poverty; urban violence; crime; young; survey of data from the Civil Police Station on youth homicide rates in Sarandi. The main result that the research presents is that young people aged 15 to 29 years in the municipality of Sarandi, exposed to violence are in the neighborhoods that present, lack of structure and precariousness of social facilities.

**KEYWORDS:** Segregation. Urban violence. Teens. Homicide. Sarandi.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>BO</b>	Boletim de Ocorrências
<b>CAPS</b>	Centro Atendimento Psicossocial
<b>CIAPS</b>	Centro Integrado de Atendimento e Proteção Social
<b>CMEI</b>	Centro Municipal de Educação Infantil
<b>CRAM</b>	Centro de Referência da Mulher
<b>CRAS</b>	Centro de Referência da Assistência Social
<b>CREAS</b>	Centro de Referência da Assistência Social
<b>DATASUS</b>	Banco de Dados do Sistema Único de Saúde
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IDEB</b>	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
<b>IPARDES</b>	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
<b>IPEA</b>	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
<b>MDS</b>	Ministério do Desenvolvimento Social
<b>NEV</b>	Núcleo de Pesquisa da Violência
<b>OMS</b>	Organização Mundial de Saúde
<b>PAIM</b>	Programa de Acolhimento Infantil Municipal
<b>PEMSE</b>	Programa de Efetivação de Medidas Socioeducativas
<b>PHILS</b>	Plano Local de Habitação de Interesse Social
<b>SCOL</b>	Sistema de Controle de Ocorrências Letais
<b>SENASP</b>	Secretaria Nacional de Segurança Pública
<b>SESP/PR</b>	Secretaria Estadual de Segurança Pública do Paraná
<b>SIM/MS</b>	Sistema de Informação sobre Mortalidade Infantil
<b>SINASE</b>	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
<b>SUAS</b>	Sistema Único de Assistência Social
<b>TCC</b>	Trabalho de Conclusão de Curso
<b>UBS</b>	Unidade Básica de Saúde
<b>UEM</b>	Universidade Estadual de Maringá
<b>UPA</b>	Unidade de Pronto Atendimento
<b>USP</b>	Universidade de São Paulo

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b>	Avenida Felício Turquino – Jardim Independência - Sarandi-PR.....	21
<b>Figura 2</b>	Imagem aérea da área central do município de Sarandi – PR.....	33
<b>Figura 3</b>	Bairro Jardim Aliança no município de Sarandi-PR.....	35
<b>Figura 4</b>	Bairro Jardim Aliança no município de Sarandi-PR.....	36

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b>	Sexo das vítimas de ocorrências de homicídios no município de Sarandi – PR no período de janeiro de 2014 a dezembro de 2018.....	<b>51</b>
<b>Gráfico 2</b>	Faixa etária das vítimas de ocorrências de homicídios no município de Sarandi-PR no período de janeiro de 2014 a dezembro de 2018.....	<b>52</b>
<b>Gráfico 3</b>	Raça das vítimas de ocorrência de homicídios no município de Sarandi – PR no período de janeiro 2014 a dezembro 2018.....	<b>53</b>
<b>Gráfico 4</b>	Meio utilizado nas ocorrências de homicídios no município de Sarandi-PR no período de janeiro de 2014 a dezembro de 2018.....	<b>53</b>
<b>Gráfico 5</b>	A Motivação que levou aos homicídios no município de Sarandi de janeiro de 2014 a dezembro de 2018.....	<b>54</b>

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 1</b>	Município de Sarandi-PR.....	<b>20</b>
<b>Mapa 2</b>	Tipologia Sócio Ocupacional para a Região Metropolitana de Maringá incluindo o município de Sarandi - 2010.....	<b>58</b>

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b>	Ranking das cidades mais violentas do Paraná.....	<b>37</b>
<b>Quadro 2</b>	Total e Taxa* de homicídios de jovens de 15 a 29 anos no município de Sarandi (PR) no período de janeiro de 2014 a dezembro de 2018, de acordo com a população total do município.....	<b>50</b>
<b>Quadro 3</b>	Bairros de ocorrência dos homicídios das vítimas no município de Sarandi –PR.....	<b>55</b>
<b>Quadro 4</b>	Bairros de ocorrência do homicídio das vítimas em Sarandi –PR no ano de 2014 a 2018.....	<b>55</b>

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>CAPÍTULO I: ESPAÇO URBANO.....</b>	<b>19</b>
2.1	SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E POBREZA.....	19
2.2.	O ESPAÇO URBANO DO MUNICÍPIO DE SARANDI.....	32
<b>3</b>	<b>CAPÍTULO II: VIOLÊNCIA URBANA.....</b>	<b>39</b>
3.1	VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE NO ESPAÇO URBANO.....	39
3.2	JOVENS E A VIOLÊNCIA URBANA.....	44
3.3	ANÁLISE DA VIOLÊNCIA NO ESPAÇO URBANO DE SARANDI E AS TAXAS DE HOMICÍDIOS DE JOVENS.....	48
3.4	HOMICÍDIOS NO MUNICÍPIO DE SARANDI –PR.....	50
3.5	ESPACIALIZAÇÃO E ANÁLISE DOS HOMICÍDIOS EM SARANDI.....	54
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>64</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>67</b>

## **1 INTRODUÇÃO**

O meu interesse pelas temáticas da violência e da criminalidade teve início ainda quando eu cursava a graduação em Serviço Social, na ocasião iniciei o estágio no Pro-egresso em 2003. Projeto realizado e desenvolvido pela UEM (Universidade Estadual de Maringá) que prestava atendimento aos detentos egressos em Regime Condicional, fazendo o atendimento social, de acordo com o Código Penal. No mesmo período o projeto atendia as detentas da Cadeia do município de Astorga, com encontros semanais para levantamento de demandas, como exemplo o contato familiar. A partir da minha experiência no estágio surgiu o interesse em desenvolver meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), sobre esses atendimentos que garantia a ressocialização dessas detentas.

Já formada em 2005 iniciei minha carreira profissional no município de Sarandi, onde fui trabalhar na Secretaria de Assistência Social que realizavam os atendimentos aos adolescentes em conflito com a lei através do PEMSE (Programa de Efetivação de Medidas Socioeducativas). Em 2012, já com a implantação do CREAS (Centro de Referência Especializado da Assistência Social), me tornei técnica concursada e assim responsável pelo PEMSE, no qual me aprofundei na realidade social desses adolescentes, onde permaneci até o ano de 2016. Paralelamente, também concursada no município de Marialva, iniciei no ano de 2017 o trabalho como técnica responsável pelo Serviço de Medidas Socioeducativas.

Dessa forma, justifico a escolha do meu tema, ou seja, a discussão das taxas de homicídios de jovens de 15 a 29 anos, baseado na minha experiência de trabalho com os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas que me deu a segurança para discutir sobre os motivos que levaram ao envolvimento desse público em questões relacionadas à violência e a criminalidade, considerando que Sarandi é uma cidade onde a maioria da população é carente e segregada. O objetivo desta pesquisa é analisar a dinâmica da violência criminal no espaço urbano da cidade de Sarandi considerando as taxas de homicídio doloso de jovens de 15 a 29 anos no período de 2014 a 2018 apresentando o retrato da violência através do número de homicídios e os locais onde eles ocorreram e relacionar a ocorrência dessa violência com a segregação urbana e a pobreza e com a ausência de políticas públicas. Tendo como hipótese que a segregação e a vulnerabilidade social são umas das premissas para a ocorrência da violência em algumas áreas específicas concentrada principalmente na zona sul do município.



Desta forma esse público que passa por preconceitos e discriminações sociais que fazem com que muitos encontrem apenas na criminalidade a saída para resolução de problemas sociais e econômicos, me influenciou muito a escrever o projeto de pesquisa para a seleção do mestrado em Ciências Sociais, relacionando a segregação urbana com a violência urbana, com enfoque nos jovens no espaço urbano de Sarandi. Logo a importância de estudar o tema em um município considerado pelo IBGE como de pequeno porte<sup>1</sup> como Sarandi, mas que apresenta significativos índices de criminalidade, como relata o Atlas da Violência de 2019, que coloca que os municípios de até 100.000 habitantes registraram um aumento de até 113% no número de homicídios entre 1997 a 2017, atingindo principalmente as camadas mais pobres. Nas cidades onde há mais homicídios, as pessoas ganham menos, as moradias são mais precárias e a proporção de jovens, entre 15 a 24 anos, que estão sem estudar e sem trabalhar, é quatro vezes maior que nos municípios menos violentos do Brasil (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2019).

Sarandi é um município com grande índice de vulnerabilidade social, exposto a toda essa violência, encontra-se muito próximo do município de Maringá e sofre as consequências do processo de metropolização<sup>2</sup>, um dos indutores da violência urbana e da segregação urbana acentuada que se reflete na desigualdade social e econômica, que afasta os moradores de baixa renda para as áreas periféricas (RODRIGUES, 2004). Outra consequência desse processo de metropolização, é que Maringá por meio de uma valorização do solo urbano e do empreendimento imobiliário tornou-se inviável para os segmentos mais pauperizados, ou seja, há um deslocamento das famílias mais pobres para os municípios ao seu redor. Toda essa problemática em relação a moradia é expressada através das áreas de ponderação que dividi o município em tipologias sócio-ocupacionais, mostrando as áreas com maior concentração de pobreza e consequentemente violentos. Segundo Rodrigues (2004), a organização das categorias é embasada na atividade produtiva ou na ocupação do morador, nos diferentes tipos de trabalho exercidos. Assim tipologia na minha pesquisa contribuiu para analisar as questões da desigualdade social.

Baseado nessa realidade espacial e na disparidade social e econômica entre Maringá e Sarandi, visto que Maringá é o polo da Região Metropolitana<sup>3</sup>, com um espaço valorizado no

---

<sup>1</sup> Cidade pequeno porte; é o termo usado para designar cidades que abrigam de 50.000 a 100.000 habitantes segundo IBGE.

<sup>2</sup> Metropolização é o processo de crescimento urbano de uma cidade e sua constituição como centralidade de uma região metropolitana, isto é, de uma área composta por vários municípios que congregam a mesma dinâmica espaço-territorial

<sup>3</sup> Em seu artigo 25, § 3º, a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) estabelece que “Os Estados

mercado imobiliário regional, atraindo investidores de diferentes cidades do norte do Paraná. Assim, levando em conta toda essa desigualdade social e econômica existente entre os dois municípios buscou-se examinar e compreender a questão da distribuição espacial dos homicídios entre jovens no perímetro urbano do município de Sarandi, no período compreendido entre os anos 2014 a 2018, já que por estar no PEMSE neste período e por não ter nenhuma pesquisa realizada nestes anos, era justificável estudar o período compreendido. O foco é compreender porque a violência e a criminalidade têm uma relação com as desigualdades socioeconômicas, de infraestrutura e de serviços urbanos, pois o aumento do crime pode estar atrelado a dificuldade de acesso à educação e a oportunidades no mercado de trabalho para jovens de famílias de baixa renda. Toda essa violência se reflete em dados como de acordo com o Mapa da Violência de 2011, onde Sarandi foi a 31ª cidade brasileira com maior taxa de homicídios de jovens, sendo a arma de fogo o meio mais utilizado. No mesmo ano apresentou como 2ª cidade do Paraná com 157,8 para cada 100 mil habitantes (OMS, 2011),

A violência urbana e a criminalidade são temas muito debatidos no cenário nacional nos últimos anos, pois se constituíram como uma das questões sociais mais preocupantes da atualidade. A criminalidade no Brasil, sobretudo os homicídios entre jovens no espaço urbano tiveram um crescimento muito acentuado, de acordo com o IPEA, apenas em 2017, 35.783 jovens de 15 a 29 anos foram mortos, uma taxa de 69,9 homicídios para cada 100 mil habitantes. O fenômeno da violência urbana se reflete em diversas formas de crime, mas a modalidade pesquisada neste trabalho se refere aos homicídios de jovens no espaço urbano do município de Sarandi.

Assim, esta pesquisa visa identificar as possíveis relações entre a organização e o perfil social de um território com o número de homicídios concentrados, buscando identificar nas áreas segregadas e com precárias condições de vida a existência de altas taxas de homicídios.

De acordo com Sérgio Adorno (2002) a violência urbana é um fenômeno que vem causando desde década de 80, grandes preocupações na sociedade brasileira, sentimentos de medo e insegurança que para o autor tem perpassado diferentes classes, grupos sociais e barreiras geográficas. Ou seja, a violência urbana em suas modalidades não poderia ser considerada um fenômeno que atinge apenas pessoas de classes sociais com rendas baixas e

---

poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum”.

moradoras de locais precários. No entanto, a quantidade de homicídios apresenta maior frequência em alguns grupos sociais e territórios específicos. No caso de Sarandi fica evidente que suas características espaciais associadas a maneira como estão distribuídos o seu território favorece para a incidência dos homicídios, já que uma grande parte dos bairros de Sarandi são vulneráveis e estão na periferia da cidade. Contudo, todas essas mazelas sociais não são um problema apenas das regiões como o Sudeste que na década de 2000, apresentava os maiores índices de violência do país, hoje essa violência se espalha, atingido cidades de grande porte quanto de pequeno porte, como Sarandi.

Apresento agora os principais conceitos teóricos que nortearão esta pesquisa: segregação socioespacial, violência urbana, homicídios e vulnerabilidade social, na sequência exibiremos os resultados da pesquisa sobre o número de homicídios, realizada na Delegacia Civil do município de Sarandi, referentes aos dados das vítimas.

A sequência do trabalho se dá com o mapeamento e o cruzamento do local de ocorrência dos homicídios e de moradia das vítimas, o que permitirá identificar quais são as localidades que apresentam as maiores taxas dessas ocorrências, bem como as características sociais e econômicas que esses territórios apresentam.

Portanto, a pesquisa bibliográfica descreve os conceitos de segregação urbana, pobreza e violência, que serão utilizados para análise sobre os dados do trabalho. Contaremos com o levantamento de dados coletados na unidade local da Delegacia de Polícia Civil de Sarandi. Também utilizaremos às estatísticas disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), Organização Mundial da Saúde (OMS), Sistema de Informação do Sistema Único de Saúde (DATASUS), Secretaria Estadual de Segurança Pública (SESP/PR) e Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). Todas essas informações são utilizadas para a leitura e reflexão sobre a temática pesquisada, para as análises dos dados, para a elaboração e consolidação do trabalho.

Diante disso, no primeiro capítulo é apresentada uma revisão bibliográfica sobre o espaço urbano, discutindo segregação urbana e pobreza que subsidiara as reflexões sobre as características socioespaciais do município de Sarandi, revelando alguns aspectos socioeconômico e histórico. Também destaco o processo urbanístico desde a implantação do município pela Companhia de Melhoramentos.

No segundo capítulo realizo à discussão sobre a violência urbana, pois com a mesma intensidade com que as sociedades se desenvolvem, a violência e a criminalidade crescem,

atingindo os mais variados segmentos da população. A criminalidade violenta no Brasil, sobretudo os homicídios no espaço urbano, tem crescido de modo acentuado desde a década de 1960 (CARDIA; ADORNO; POLETO, 2003), movimento sobreposto ao acelerado processo de urbanização vivenciado nas últimas décadas no país.

No terceiro capítulo é contemplada a busca das relações entre o território e os homicídios ocorridos, ou seja, se a estrutura social do território estudado se é capaz de definir maior ou menor incidência de homicídios nesta área em estudo. Com isto será possível identificar se as ocorrências de homicídios têm alguma relação com as características socioespaciais dos territórios pesquisados.

Nas considerações finais procuraremos fornecer subsídios capazes de fomentar ações municipais na área de segurança pública numa tentativa, mesmo que muito incipiente, de garantir os direitos sociais mínimos a um grande contingente de pessoas que estão cotidianamente tendo seus direitos sociais negligenciados pelo poder público. Fomento a questão violência e pobreza e seus reflexos na sociedade de Sarandi buscando através dos dados saber quais são os bairros que mais acontecem os homicídios e seus territórios influenciam para que esses crimes aconteçam.

## 2 CAPÍTULO I: ESPAÇO URBANO

Jamais houve na história um período em que o medo fosse tão generalizado e alcançasse todas as áreas da nossa vida: medo do desemprego, medo da fome, medo da violência, medo do outro (Milton Santos)

### 2.1 SEGREGAÇÃO URBANA E POBREZA

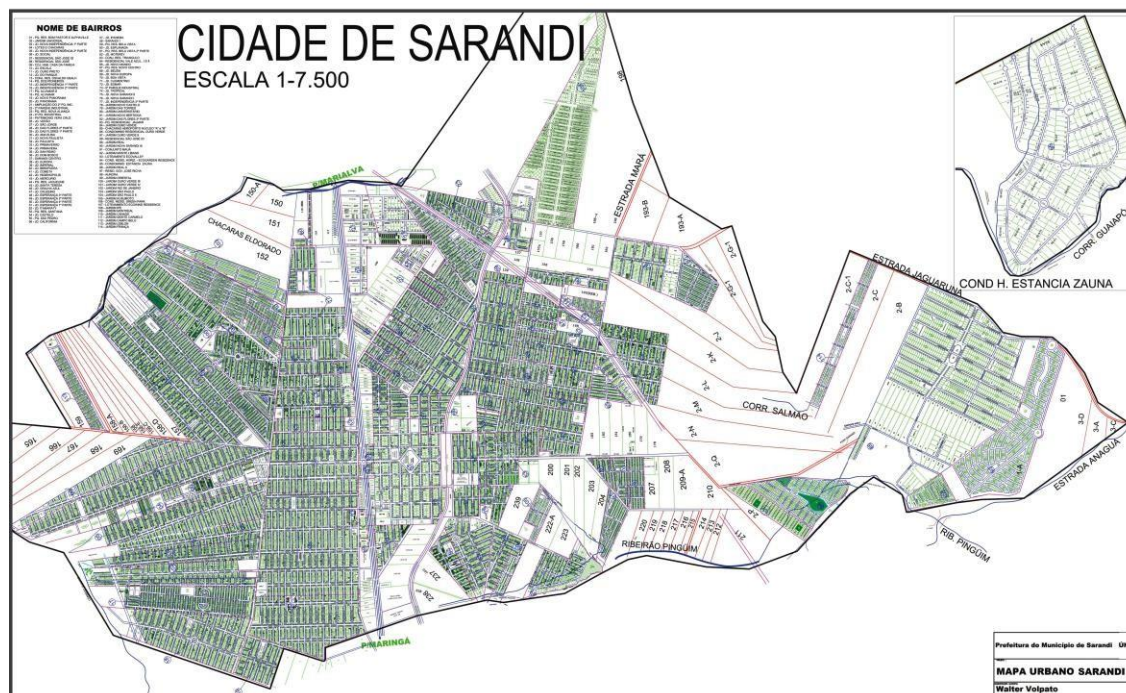
A cidade de Sarandi (**Mapa 1**) localizada no norte do Paraná faz parte da região metropolitana de Maringá<sup>4</sup>. De acordo com o IBGE a estimativa para 2019 é de uma população de 96.688 mil habitantes. A ocupação do município de Sarandi se deu principalmente devido as oportunidades de empregos da cidade de Maringá, atraindo pessoas de todas as regiões do país e Sarandi por oferecer um preço mais acessível na questão do baixo valor do solo acabou recebendo essas famílias. Por isso por muito tempo o nome de cidade-dormitório, pois grande parte dessa população se deslocava para trabalhar em Maringá voltando pra Sarandi apenas para dormir, prejudicando a arrecadação de impostos e recursos pelo município de Sarandi, pois o cidadão trabalha e consome em Maringá deixando assim toda sua renda no município vizinho.

Mas vale salientar que nos últimos dois anos Sarandi vêm apresentando mudanças no comércio e no mercado de trabalho, onde a prosperidade do comércio local e a oferta de empregos diminui o fluxo de deslocamento para Maringá. Mas o agravante da ausência de políticas públicas ainda é evidente quando se trata de famílias vulneráveis. Esse fenômeno é conhecido como movimento pendular, ou seja, refere-se ao deslocamento diário de pessoas entre municípios distintos, para fins de trabalho, estudo e moradia. Ana Lucia Rodrigues (2004) retrata esse movimento entre Sarandi e Maringá, pois a população do município de Sarandi se desloca diariamente para diversos fins ao município vizinho.

---

<sup>4</sup> A Região Metropolitana de Maringá (RMM), instituída pela Lei Complementar Estadual 83/1998, é constituída pelos Municípios de Maringá, Sarandi, Marialva, Mandaguari, Paçandu, Ângulo, Iguaraçu, Mandaguaçu, Floresta, Doutor Camargo, Itambé, Astorga, Ivatuba, Bom Sucesso, Jandaia do Sul, Cambira, Presidente Castelo Branco, Flórida, Santa Fé, Lobato, Munhoz de Mello, Florai, Atalaia, São Jorge do Ivaí, Ourizona e Nova Esperança. Totalizando 26 municípios, possui uma área territorial de 5.978.592 km<sup>2</sup> e população estimada em cerca de 809 mil habitantes (IBGE/2018)

Mapa 1: Município de Sarandi-PR



Fonte: Secretaria de Urbanismo do Município de Sarandi, 2019.

Essa ausência de políticas públicas e de uma economia próspera, reflete na segregação socioespacial de Sarandi que se caracteriza por uma periferia pobre e desprovida, principalmente nos bairros mais afastados do centro, caracterizados pela falta de infraestrutura como rede de esgoto, coleta de lixo, pela quantidade de pessoas dentro do mesmo domicílio e principalmente pelos terrenos informais, ou seja, aqueles que são invadidos e sem documentação legal de compra. Na área norte de Sarandi, onde se localizam bairros como Universal, Independência (**Figura 1**), percebemos que a falta de infraestrutura faz parte do cotidiano dessas famílias, ruas sem saneamento básico, asfalto, calçadas, fazem parte do cenário diário dessa população.

**Figura 1:** Avenida Felício Turquino – Jardim Independência - Sarandi-Pr.



**Fonte:** A autora.

Em Sarandi muitos desses bairros têm aspecto rural mesmo estando dentro do perímetro urbano, se encontram longe do centro da cidade, dificultando o acesso pela falta de transporte, de pavimentação asfáltica, reforçando ainda mais a paisagem rural. Esses bairros são distantes das áreas de lazer, de escolas, postos de saúde, ou seja, de equipamentos públicos que tem também caráter comunitário (PHISS).

Segundo Ana Lúcia Rodrigues,

Noutras palavras, entendemos que a cidade acabou definindo uma espacialidade que separou os moradores conforme suas possibilidades econômicas de acesso ao solo urbano e, ao fim, segregou-os num limite tão extremo que os grupos de renda baixa da população só encontraram possibilidade de moradia fora dos limites da cidade, no entorno metropolitano (RODRIGUES, 2004, p. 46).

Portanto mesmo com o aumento da oferta de trabalho em Sarandi e com a melhora do comércio, uma parte da população de baixa renda que reside no município de Sarandi, ainda se dirige diariamente para trabalhar em Maringá. Assim Sarandi ainda se mantém subordinado a Maringá em vários aspectos, onde a desvalorização e o baixo preço do seu solo urbano acaba atraindo muitas famílias, o que dificulta a execução e implementação das políticas públicas já que o município alega não conseguir atender todas as demandas existentes devido ainda uma arrecadação insuficiente. Exemplo disso é a política de segurança pública, que

assiste o aumento da violência na cidade e conseqüentemente os homicídios que só neste primeiro semestre de 2019, foram registradas 13 mortes pela Delegacia de Polícia Civil de Sarandi. No Brasil na mesma época foram 21.357 homicídios de acordo com monitor da violência.

Portanto, em uma cidade marcada pelas desigualdades sociais, a organização do espaço urbano é mais um elemento no processo de separar ainda mais as pessoas, como exemplo a existência de condomínios fechados que se tornam verdadeiras ilhas, onde somente os iguais podem habitar e conviver, protegidos ou isolados do restante da cidade (MOTA, 2007). No município de Sarandi existem apenas dois condomínios fechados, mas a segregação vem principalmente da falta de acesso de quem reside nas periferias, já que os serviços públicos estão concentrados na área central da cidade.

A partir da análise do espaço urbano e também sobre a violência urbana de Sarandi buscamos relacionar a segregação urbana como uma das conseqüências da desigualdade social, concentrada principalmente nas cidades de grande e médio porte, o que não é o caso de Sarandi já que a mesma se enquadra segundo IBGE (2010) como uma cidade de pequeno porte, com uma população estimada para 2019 de 96.688 mil habitantes, o município apresenta um crescimento acelerado, como já destacado anteriormente pela oferta do solo e pelo valor do aluguel, a mesma está a um passo de se tornar uma cidade de médio porte, assim apesar do quantitativo populacional ser considerado um critério para a sua definição, não é um elemento importante. De acordo com Rosa Moura,

muitas análises sobre o processo de urbanização são feitas a partir de tipologias de cidades e muitas vezes segundo critérios de porte populacional. Porém, cabe salientar que nem sempre o porte populacional emana uma hierarquia urbana. Nesse sentido as cidades médias são aquelas que, além do porte populacional, possuem determinadas funções urbanas dentro do sistema de cidades, já as cidades de porte médio são aquelas com população entre 100 e 500 mil habitantes (MOURA, 2009, p. 176).

Partindo do pressuposto que Sarandi é um município de porte pequeno, mas que apresenta dados de violência de uma cidade de porte médio temos como objetivo desta pesquisa analisar a dinâmica da violência criminal no espaço urbano de Sarandi por meio dos dados de homicídios dolosos entre jovens de 15 a 29 anos, no período de 2014 a 2018, levando em consideração a organização espacial da cidade e suas características sociais, econômicas e de infraestrutura urbana, considerando que o fenômeno da violência urbana vem crescendo e em especial os homicídios.



No Brasil dados do NEV (Núcleo de Estudos da Violência), o Brasil teve 51.558 homicídios em 2018 em todo o Brasil, as mortes violentas correspondem à soma das vítimas de homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e mortes decorrentes de intervenções policiais.

Dentro deste contexto de violência, vale resgatar que presenciamos no Brasil um crescimento muito veloz de nossas cidades e o um processo de industrialização e de urbanização acelerado, tal expansão culminou em uma segregação socioespacial, que levou a classe trabalhadora para as regiões periféricas. Todo esse processo de transformação ocorrida desde metade do século XX da área agrícola para a área urbana, alterou os acessos aos serviços e infraestrutura, configurando o espaço urbano como um local importante na luta entre classes, (VILLAÇA, 2001). As mudanças políticas e econômicas que ocorreram no Brasil promoveram um movimento de incentivo a industrialização e a regulamentação do trabalho urbano, reforçando a migração do campo para a cidade. Assim, a cidade passa a exercer uma hegemonia econômica sobre o campo e a indústria passa a ser o motor propulsor da expansão capitalista no Brasil.

Essas cidades são formadas dentro do contexto capitalista, ou seja, criadas para certos grupos econômicos e socialmente definidos. As cidades nascem com a característica da desigualdade, de separar os indivíduos de acordo com particularidades e interesses, políticos, econômicos ou religiosos. Sua construção já implica em espaços divididos, cujo acesso não é livre, mas obedece a regras definidos por fatores, prioritariamente econômicos (ARAÚJO, 2005). Essa disputa por localidades fez com que a população se concentrasse em diferentes regiões estabelecendo um processo que Flávio Villaça (2001) chama de segregação. Considerada como um problema de diversas cidades brasileiras sejam elas de grande, médio e pequeno porte, a segregação socioespacial se torna de acordo com Erminia Maricato (2000) como sendo a expressão maior de exclusão social.

Seguindo a linha de raciocínio Caldeira (2000), no Brasil o mais conhecido padrão de segregação é o do centro versus periferia, onde o centro apresenta acesso a serviços urbanos, sejam públicos ou privados, ocupados pelas camadas de mais alta renda, e a periferia, ao contrário, subequipada e longínqua, ocupada pelas camadas de mais baixa renda (VILLAÇA, 2001), criando uma dualidade entre cidade dos ricos e cidade dos pobres, ou mesmo entre cidade legal e cidade ilegal (BONDUKI, 1998). Dessa maneira, a segregação socioespacial se tornou uma marca forte na consolidação das periferias, em comparação as melhores e maiores condições das camadas altas e médias da sociedade nas disputas por prioridades estatais e por

recursos públicos. Tal ausência nas periferias foi contínua na urbanização periférica, isto é, desenvolveu-se uma estrutura precária, com insuficientes equipamentos sociais, déficit de infraestrutura e falta de melhorias urbanas essenciais, como resultado da ocupação desordenada e ilegal, que compromete a qualidade de vida, a mobilidade, o acesso aos serviços e também ao mercado de trabalho (HUGHES, 2004).

Dentro desta análise teórica, que envolve a questão da pobreza especificamente nos espaços urbanos, cada vez mais marcados pela desigualdade social é necessário traçar um perfil destas periferias e desse cidadão que vive à margem da sociedade. Esse processo de periferização, principalmente nas grandes cidades brasileiras é reflexo da condição atual de reprodução da pobreza na sociedade como a forma desigual como o poder público destina os investimentos em infraestrutura nas cidades.

A produção de espaços específicos para o exercício das atividades hegemônicas, somada às inúmeras intervenções do setor público, que busca através de suas ações privilegiarem, sobretudo os agentes hegemônicos e as parcelas com maior poder aquisitivo da sociedade, conduziu à periferização, entendida como o processo de exclusão social e geográfica das modernizações do país. As periferias urbanas são o exemplo mais cabal da valorização desigual dos homens e dos lugares (ALMEIDA, 2003, p. 218).

O espaço urbano no Brasil é marcado pela exclusão social, pela pobreza e pela situação daqueles que tiveram menos oportunidade de ter acesso às políticas públicas, sofrendo discriminação e até perseguição por causa de quem amam, pela cor de sua pele, etnia, religião ou por onde residem. De um lado os pobres nos espaços segregados como favelas<sup>5</sup> e periferias, ou seja, espaços urbanos que na maioria dos casos estão sem água encanada, fornecimento de energia, pavimentação nas ruas, sistema de esgotos, serviços públicos como saúde, escola, área de lazer e transporte público adequado. Do outro lado, os ricos em condomínios fechados de luxo, com direito a propriedade, com acesso à saúde, escolas de qualidade, afastados da pobreza evidenciando um processo de fragmentação e segregação, como consequência da desigualdade social. Seguindo Teresa Caldeira, em sua obra *Cidade de Muros*,

Sobrepostas ao padrão centro-periferia, as transformações recentes estão gerando espaços nos quais os diferentes grupos sociais estão muitas vezes próximos, mas estão separados por muros e tecnologias de segurança, e

---

<sup>5</sup> O termo favela está incorporado no cotidiano brasileiro. Expressa-se no senso comum habitações de baixa qualidade, em áreas de risco como morros, mangues, encostas ou áreas distantes dos centros das cidades, onde a ausência de infraestrutura urbana é uma constante (ABREU, 1994).

tendem a não circular ou interagir em áreas comuns. O principal instrumento desse novo padrão de segregação espacial é o que chamo de ‘enclaves fortificados’, trata-se de espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho. A sua principal justificação é o medo do crime violento. Esses novos espaços atraem aqueles estão abandonando a esfera pública tradicional das ruas para os pobres, os ‘ marginalizados’ e os sem-teto (CALDEIRA, 2000, p. 4).

A característica de moradia apresentada por Caldeira também é abordada por Harvey (2004), que afirma que esse tipo de habitação pode ser identificado como gueto de opulência, uma forma de intensificar o desenvolvimento desigual e combinado presente nas grandes cidades do mundo capitalista. O geógrafo Milton Santos (2002) também afirma que a pobreza aumentou e expandiu a globalização e que os pobres de hoje são excluídos, pois antes da expansão do neoliberalismo, em um mundo onde o consumo ainda não estava largamente difundido e o dinheiro ainda não constituía um nexos social obrigatório, a pobreza era menos discriminatória. Milton Santos aponta as inovações tecnológicas como um fortalecimento do capitalismo e a introdução das máquinas como uma desvalorização da mão de obra, aumentando sensivelmente o desemprego.

Portanto, considerando a questão da pobreza urbana percebemos então que a estrutura socioeconômica e espacial do território sempre está voltada em prol das elites, acentuando ainda mais as injustiças sociais para aqueles que vivem na periferia e evidenciando assim a desigualdade social através do subdesenvolvimento, fator característico do sistema capitalista que exclui grande parte da população. A desigualdade Social é abordada por Yves Lacoste (1990), que explica que a mais evidente expressão da desigualdade, a qual o ser humano se submete, reflete o subdesenvolvimento, esse que diferencia o território e a sociedade de acordo com os ditames do capitalismo, que apesar do processo de crescimento do Brasil o cenário que ainda impera é o da desigualdade social.

Tomando como referência a ideia defendida por Roberto Lobato Corrêa (1989), o sistema econômico capitalista é sustentado pela divisão de classes, pela exploração e pela exclusão da parcela da sociedade.

Na sociedade de classes verificam-se diferenças sociais no que se refere o acesso aos bens e serviços produzidos socialmente. No capitalismo as diferenças são muito grandes, e maiores ainda em países, como entre outros, os da América Latina. A habitação é um desses bens cujo o acesso é seletivo: parcela enorme da população não tem acesso, quer dizer, não possui renda para pagar uma habitação decente e, muito menos para comprar um imóvel. Esse é mais um dos significativos sintomas da exclusão que, no entanto, não ocorre isoladamente, correlato a ela estão: a subnutrição, as doenças, o baixo

nível de escolaridade, o desemprego ou subemprego, e mesmo o emprego mal remunerado (CORRÊA, 1989, p. 29).

Esse modelo de urbanização adotado no Brasil que cria regiões para moradores de baixa renda, baixa escolaridade, desemprego, onde os serviços e equipamentos públicos são ineficientes, também acontece aqui no município de Sarandi. De acordo com informações contidas no Plano de Habitação Municipal, percebe-se que:

Como consequência desse processo tem-se em Sarandi um tecido urbano desorganizado, um padrão de parcelamento desarticulado e um sistema viário em que não se percebe a sua hierarquia. O mesmo Plano Diretor destaca ainda que este processo de deterioração urbanística, ocorrido em Sarandi e Paiçandu, repete uma tendência da urbanização brasileira recente que se caracteriza pelo crescimento urbano proporcionado a periferização das populações de baixa renda em regiões sem os serviços públicos básicos e com padrão urbanístico inadequado (PLHIS, 2007, p. 15)

Assim a estrutura econômica e espacial do território que é realizada a favor das elites, que acentua os contrastes existentes na periferia, gerando uma relação entre, pobreza, urbanização e mercado de trabalho aumentam ainda mais os problemas urbanos, pois a mobilização do campo para a cidade e a implantação efetiva da industrialização faz da cidade um espaço de produção de riquezas. A cidade é o espaço da produção de bens e serviços, é tido, talvez como território do progresso (SANTOS, 2008). A oferta de empregos atrai muitas pessoas para as cidades que ocupam desordenadamente esses espaços que não oferecem as condições mínimas para suprir suas necessidades. Então, no Brasil a pobreza não está atrelada apenas a questão econômica, mas é caracterizada pela falta de acessos aos serviços públicos, assim bem como justiça social, segurança, cidadania, falta de acesso ao mercado de trabalho, moradia e principalmente renda, que é a garantia do consumo pré-estabelecido pelo capitalismo. Pode-se dizer então que a exclusão social está em todo espaço urbano e que reflete na vida das pessoas que vivem na maioria das cidades brasileiras. Aldaíza Sposatti (1996) retrata a situação de exclusão social no Brasil, e reforça o caráter estrutural desse fenômeno:

A desigualdade social, econômica e política na sociedade brasileira chegou a tal grau que se torna incompatível com a democratização da sociedade. Por decorrência, tem se falado na existência da apartação social. No Brasil a discriminação é econômica, cultural e política, além de étnica. Este processo deve ser entendido como exclusão, isto é, uma impossibilidade de poder partilhar o que leva à vivência da privação, da recusa, do abandono e da expulsão inclusive, com violência, de um conjunto significativo da população, por isso, uma exclusão social e não pessoal. Não se trata de um

processo individual, embora atinja pessoas, mas de uma lógica que está presente nas várias formas de relações econômicas, sociais, culturais e políticas da sociedade brasileira. Esta situação de privação coletiva é que se está entendendo por exclusão social. Ela inclui pobreza, discriminação, subalternidade, não equidade, não acessibilidade, não representação pública” (SPOSSATI, 1996 *apud* WANDERLEY, 2001, p. 20).

Nessas cidades ainda nos dias atuais o cenário não mudou, a falta de seguridade dos direitos em se ter um lugar para morar, produz desigualdade na organização da estrutura urbana, distanciando os pobres sempre para áreas mais longínquas, excluído de todos os acessos e serviços que o centro da cidade proporciona. As desigualdades sociais se materializam na paisagem urbana. Quanto maiores as disparidades entre os diferentes grupos sociais, maiores as desigualdades de moradia, de acesso aos serviços públicos e de qualidade de vida, e, portanto, maior é a segregação espacial. A evidência do aumento da violência nos espaços urbanos nas duas últimas décadas e os problemas sociais como desemprego, ausência dos serviços públicos de saúde, educação revelam o percurso teórico de ampliação da desigualdade social, apresentando características diversas, como as especificidades territoriais e urbanas.

Na obra de Caldeira (2000), se verifica que a decisão da classe alta de se isolar pela construção de muros, cercas eletrificadas e também na construção de condomínios fechados com justificativa do medo da violência, provoca o acirramento das relações sociais entre as diferentes classes.

O novo meio urbano reforça e valoriza desigualdades e separações e é, portanto, um espaço público não democrático e não moderno. O fato de esse tipo de organização do espaço público se espalhar pelo mundo inteiro no momento em que muitas sociedades que o adotam passam por transformações como democratização política, fim de regimes racista e crescente heterogeneização resultante de fluxos migratórios, indica a complexidade das ligações urbanas e formas políticas (CALDEIRA. 2000 p. 12).

Segundo Altair Galvão (2007) baseado na preferência por morar em condomínios fechados, os indivíduos que assim o fazem, evidencia entre outras, a deterioração das condições gerais de habitabilidade e qualidade ambiental da cidade, devido aos congestionamentos de trânsito, poluição do ar e principalmente, pelo aumento efetivo da criminalidade violenta (assaltos à mão armada, tráfico de drogas, sequestros, balas perdidas). Na década de 90, graças às políticas neoliberais implementadas no mundo ocidental, em especial no Brasil, que praticou o desmonte do Estado, por meio de privatizações de empresas

e bancos estatais, criando a indústria do desemprego e do trabalho informal, as populações pobres foram escorraçadas para as periferias das cidades, formando as favelas. Essa onda de desemprego proporcionou, também, o aumento da violência.

A partir das constatações podemos perceber que morar num bairro periférico de baixa renda significa ter oportunidades desiguais em nível social, econômico, educacional e cultural. Constitui sempre estar distante dos postos de trabalho, não usufruir dos serviços públicos, ou seja, não ter acesso à cidade. Então a segregação tem diversas faces, a econômica, a social, a cultural e também a étnica, já que morar nos espaços bem localizados pertence à raça branca emergente, enquanto que a negra ocupa os espaços da pobreza e marginalizados da cidade. Danilo França retrata essa desigualdade,

[...] considerando as faixas de renda domiciliar mais altas, a concentração dos negros em áreas periféricas é bem maior que a dos brancos, ao passo que a proporção de brancos destes estratos em áreas de elite é bem maior que a dos negros. Por fim, também demonstramos que os brancos, mesmo que de classes mais baixas, estão, comparativamente, mais representados em áreas mais ricas da cidade do que os negros. Assim, as distâncias se expressam não apenas nos maiores índices de segregação racial que verificamos nos altos estratos, mas também no fato dos brancos pobres estarem mais próximos das classes mais altas do que os negros pobres. Ou seja, as camadas mais altas são compostas majoritariamente por brancos, e os pobres que os cercam também são brancos (FRANÇA, 2014, p. 6).

A história da população negra no Brasil mostra que não houve uma preocupação do Estado com a sua integração no processo de formação da sociedade de classes e no desenvolvimento socioeconômico, muitos negros que vieram para as cidades, encontraram dificuldades para se estabelecer e para ter direito de compra para ter um lugar para morar. Sendo assim, os processos de urbanização e de industrialização contribuíram para formas de exclusão da população negra, considerada um dos grupos mais vulneráveis e segregados socialmente, herança da escravidão e reflexo das desigualdades raciais e práticas discriminatórias.

A antropóloga Lélia Gonzalez explica a nítida divisão entre lugar de branco e do negro na organização social do Brasil. Em suas palavras,

O lugar natural do grupo branco dominante são moradias amplas, espaçosas, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes tipos de policiamento: desde os antigos feitores, capitães do mato, capangas, etc., até a polícia formalmente constituída. Desde a casa grande e do sobrado, aos belos edifícios e residências atuais, o

critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural no negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” (cujos modelos são os guetos dos países desenvolvidos) dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço (GONZALEZ *apud* RATTS, 2012, p. 220)

Ana Cláudia Barreto (2010) enfatiza que apesar de não se ter mais os açoites e chicotes dos feitores como formas de castigo, as discriminações raciais, atividades penosas, o preconceito e os piores lugares para se morar acabam constituindo-se como uma nova forma de castigo. Andreilino Campos (2006) relata que as cidades não foram feitas para as classes mais pobres, principalmente uma parcela significativa de população negra que sofre com as carências urbanas e a falta de acesso no atendimento das necessidades das populações mais pobres.

O mapa da violência de 2014 contabiliza que cerca de 30 mil jovens de 15 a 29 anos foram assassinados no Brasil e que 77% são negros e pardos, e a taxa de homicídios entre jovens negros é quase quatro vezes a verificada entre os brancos (36,9 a cada 100 mil habitantes, contra 9,6). Além disso, o fato de ser homem multiplica o risco de ser vítima de homicídio em quase 12 vezes. Florestan Fernandes evidencia sua preocupação quando diz que:

a democracia só será uma realidade quando houver, de fato, igualdade racial no Brasil e o negro não sofrer nenhuma espécie de discriminação, de preconceito, de estigmatização e segregação, seja em termos de classe, seja em termos de raça. Por isso, a luta de classes, para o negro, deve caminhar juntamente com a luta racial propriamente dita. O negro deve participar ativa e intensamente do movimento operário e sindical, dos partidos políticos operários, radicais e revolucionários, mas levando para eles as exigências específicas mais profundas da sua condição de oprimido maior. Ao mesmo tempo o negro deve ter a consciência clara de que sua emancipação coletiva põe o problema da democracia e de uma República democrática sem subterfúgios: a revolução dentro da ordem é insuficiente para eliminar as iniquidades, educacionais, culturais, políticas, etc., que afetam os estratos negros e mestiços da população (FERNANDES, 1989, p. 24).

Portanto é por essa razão que continuamos a ver negros sofrendo dos problemas seculares herdados de uma abolição dos escravos que abandonou à própria sorte uma massa de trabalhadores, assim como pobres brancos que, embora passem longe dos problemas de preconceito, discriminação ou racismo, não têm poder para enfrentar as relações desiguais entre patrões e empregados. Para Florestan existia a necessidade de forjar uma sociedade igualitária inclusiva, na qual nenhum racismo ou forma de opressão possa substituir e

florescer. Assim viver na cidade se tornou um desafio, as pessoas se isolam e os direitos que deveriam ser acessíveis a todos, se tornam possíveis só para alguns, distanciando ainda mais os ricos dos pobres e os brancos dos negros. Por conseguinte, a cidade e o espaço urbano vivem num processo de complexidade intensa o que contribuiu para a formação dos espaços marginalizados, esses contemplam discutir os aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais que são movidos por uma dinâmica repleta de conflitos socioespaciais que se dão tanto na vida como no espaço. A visibilidade desses espaços ocorre quando esses são relacionados a aspectos negativos como a violência e a marginalização. Para entendermos como se dá a marginalização por meio de todos os campos das relações sociais, Tomé Tavares Filho nos propõe o seguinte em uma visão geral sobre o tema:

Do modelo socioeconômico excludente, consideram-se como excluídos os cidadãos que se encontram socialmente marginalizados, como os sem-terra, os sem-teto, os menores em situação de abandono, os enfermos que são vítimas da saúde pública, os velhos que se encontram desamparados, os toxicômanos, os alcoólatras, os deficientes mentais, os doentes mentais, os aposentados que ganham um salário insuficiente para sobreviver, as prostitutas, os prostituídos, os aidéticos, os índios, os negros, as empregadas domésticas, os desempregados, e todos aqueles marginalizados pela sociedade, que recebem tratamento diferenciado por discriminação e preconceitos. (TAVARES, 2011, p. 15)

Porém, os espaços marginalizados precisam ser desvendados como relações simbólicas, por valores e sentimentos que direciona ao conceito de espaço vivido e de território. A complexidade da vida urbana e da cidade gera conflitos socioespaciais que resultam na marginalização espacial, perpassando por questões socioeconômicas e na precariedade do Estado em satisfazer a necessidade da população, principalmente dos mais pobres. Discutir e sobre essas relações espaciais e a influência do capitalismo e consequentemente da globalização, sobre a exploração do homem e da sua mão de obra barata, nos permite entender que o beneficiário é sempre o capital, nos fazendo refletir quem é esse cidadão, e como vive e sobrevive na cidade, considerando que o espaço ou território é a maior expressão da cidadania. Segundo Marcio Oliveira (2011, p. 78), “O território se impõe como uma condição continente ao conteúdo político da cidadania e no nível de organização social, cultural e econômica existente”. Dessa forma, território e cidadania estão atrelados, tendo o cidadão autonomia sobre o local que habita e livre expressão para suas escolhas.



Ana Fani Carlos (1996) realiza uma abordagem sobre o processo desigual e relaciona a lógica capitalista como agente modificador do espaço urbano, como consequência as desigualdades sociais,

A ocupação do espaço da cidade, submetida à existência da propriedade privada do solo urbano, é produto da expansão da urbanização capitalista apoiada na generalização do valor de troca no espaço, fazendo com que o acesso à cidade seja mediado necessariamente, pelo mercado imobiliário. A disseminação da propriedade da terra na cidade está assentada, nas sociedades capitalistas, no direito à propriedade, isto é, no acesso privado à vida na cidade, fato que se constitui como uma base sobre a qual se assentam as relações sociais. (CARLOS, 1996, p. 73).

O espaço tende a atender as necessidades econômicas, ou seja, a favor de uma lógica capitalista. Esse modelo socioeconômico atual somado a globalização, faz com que a desigualdade social esteja em todos os campos da vida social: no campo econômico pela má distribuição de renda, pela grande disparidade entre ricos e pobres, pelo grande número de desempregados; no campo da política pela falta de atenção do Estado para com a sociedade. Essa disparidade é que causa e acentua a marginalização espacial da cidade, separando os indivíduos e os lugares uns dos outros, crescendo assim o sentimento de exclusão da vida cotidiana urbana, pois viver na cidade implica uma série de limitações para a população, causadas pelas mazelas da questão social.

Neste contexto surgem os não cidadãos características de um ser humano carente, desprovido de um lugar e inserido nos espaços segregados onde impera a pobreza e a exclusão social, população que não tem acesso aos seus direitos sociais garantidos, como preconiza a Constituição Federal (BRASIL, 1988) em seu artigo 6 -“São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”.

De acordo com Helena Kashiwagi (2005), um espaço marginalizado recebe estigmas por forças exógenas a ele, ou seja, sua marginalização se dá por uma imposição de valores de quem dele não compartilha a realidade. Por outro viés, a classe dominante marginaliza as classes pobres por não viver a realidade socioeconômica destas, moradores de um condomínio de luxo marginalizam quem vive na periferia, além de verem as pessoas que vivem nesses espaços como perigosas. Portanto, ser marginal e viver nesses aglomerados, favelas ou periferias são definidos não devido a características dos seus moradores, como usuários de drogas, ladrões, assassinos, ou alguém que infrinja a lei, mas sim por ser um cidadão que está à margem da sociedade e do sistema que impera a economia.

Dentro deste contexto está o espaço onde se vive e a cidade expressa então todo seu acúmulo de carências vividas pelo homem e seus problemas sociais, afinal no Brasil é no espaço urbano que se vive a grande maioria da população, lugar<sup>6</sup> este que traz as diferenças e as perspectivas de cada indivíduo, num sistema onde somos apenas vistos como mercadoria. Essa ressignificação está intimamente ligada à proposta ideológica do capitalismo, pois as condições de vida do indivíduo estão totalmente atreladas às dinâmicas das relações de trabalho e ao acesso aos benefícios que a expansão urbana pode proporcionar. Desse modo o sistema criou a cidade e ditou seu modelo que atendia seus propósitos de crescimento e na ausência de um planejamento fizeram do espaço urbano uma verdadeira divisão de classes. Então, os centros urbanos tornam-se algo distante para a população de baixos salários que passam então a ocupar as zonas periféricas da cidade. Ao mesmo tempo em que essa parte da população se encontra em situações de pauperização, mesmo sendo ela marginal ou não marginal, encontra-se também com o problema da moradia, buscado algo compatível a sua renda e enfrentando um setor imobiliário especulativo em que o acesso às pessoas de baixa renda se torna inacessível.

Em suma viver na cidade é enfrentar o problema da urbanização desenfreada, a falta de moradia, a intolerância, a violência e a exclusão social. Assim a única saída para este indivíduo marginal é a ocupação irregular, ou seja, que é um problema nos dias atuais, tendo tanto consequências ambientais como consequências relacionadas à segurança pública. Não restam dúvidas de que o Direito à Moradia é garantido pela Constituição da República (artigo 6º), mas para ele seja exercido de forma adequada e digna, imprescindível que sejam observados requisitos mínimos urbanísticos, sociais, ambientais e econômicos. Todavia, em Sarandi essas ocupações irregulares são evidenciadas através de moradia desqualificada, incapaz de ser exercida de forma plena e digna.

## 2.2 O ESPAÇO URBANO DO MUNICÍPIO DE SARANDI

Noutras palavras, entendemos que a cidade acabou definindo uma espacialidade que separou os moradores conforme suas possibilidades econômicas de acesso ao solo urbano e, ao fim, segregou-os num limite tão extremo que os grupos de renda baixa da população só encontraram possibilidade de moradia fora dos limites da cidade, no entorno metropolitano (RODRIGUES, 2004, p. 46).

---

<sup>6</sup> População Brasileira: estimativa de 2018 é de 208,5 milhões de brasileiros, estando residente na área urbana: 84,72% e população residente na área rural: 15,28 segundo IBGE.

Em 1935, Sarandi surgiu como patrimônio, para servir de entreposto comercial e de abastecimento aos produtores rurais entre Maringá e Marialva. Foi elevada à condição de Distrito Administrativo de Marialva, em 1965, e, na década de 70, beneficiou-se de um período de crescimento populacional e expansão da sua área urbana, com novos loteamentos implantados pela Construtora Vicky, de forma desordenada, já que no município não existiam leis rígidas para o estabelecimento de novos loteamentos urbanos, cujos proprietários se eximiam da responsabilidade pelo planejamento que definiria a ampliação da cidade. O sucesso na venda de terrenos urbanos viabilizou a abertura de novos loteamentos. O acentuado crescimento econômico, a expansão da área urbana e o aumento na arrecadação de impostos impulsionaram a eclosão de um movimento popular reivindicando a emancipação política de Sarandi que na época pertencia ao município de Marialva. Na década de 80, Sarandi foi emancipada por meio da realização de um plebiscito, no dia 19/03/81, e em 14/10/83, foi alçada à condição de município.

Segundo Ana Lúcia Rodrigues (2004), em 1981, quando o governador Ney Braga, sancionou a Lei nº 7.502, elevando Sarandi à categoria de cidade, a mesma já apresentava sérios problemas sociais e de infraestrutura. De acordo com Veloso (2003), a “cidade continha vários loteamentos, todos desordenados, pois, houvera uma grande especulação imobiliária, resultante da proximidade de Sarandi com o Município de Maringá”.

No decorrer das décadas de 80 e 90, a cidade de Sarandi mantinha um crescimento populacional em ritmo acelerado. De acordo com Silva (1991) à medida que cresce o número de habitantes de uma cidade, há que se investir em serviços de infraestrutura urbana, como: escolas, hospitais, transportes urbanos, habitações, rede de água e esgoto, coleta de lixo, asfaltamento, rede de energia elétrica, ou seja, dispor de uma rede de serviços que esteja preparada para atender às demandas da população. No entanto, percebe-se que, na cidade de Sarandi, esses investimentos não foram feitos de forma a acompanhar o crescimento populacional.

De acordo com dados do Censo 2010, Sarandi (**Figura 2**) possui uma população de 82.847 habitantes, com estimativa em 2019 de 96.688 mil habitantes. Seu grau de urbanização é de 99,15% e possui uma densidade demográfica de 800,74 habitantes por Km<sup>2</sup>. É classificada como a cidade mais densa dentre as que integram a região metropolitana de Maringá. O índice de Gini do município é classificado em 0,37 e a renda per capita por domicílio é de 529,80 e o IDH é de 0,695 (IBGE, 2010).

**Figura 2:** Imagem aérea da área central do município de Sarandi – PR



**Fonte:** Gabinete de Relações Comunitárias de Sarandi (GRC, 2018).

A população sarandiense é composta primordialmente de pessoas da cor “branca”, esse grupo representa aproximadamente 54,71 % da população total. O grupo de cor “preta” totaliza 5,33 % ou 4.422 indivíduos; os de cor “parda” representam 30,28% ou 32.544 moradores e a cor ou raça “amarela” 0,80 ou 644 e “índios” 86 pessoas da população. A população feminina do município de Sarandi representa 50,71% do total ou 42.017 mulheres. Enquanto que a masculina corresponde a 49,28%, significa que 40.830 compõem esse grupo (IPARDES, 2012).

No âmbito da saúde Sarandi possui 10 Unidades Básicas de Saúde (UBS) e 01 Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e também o Hospital Metropolitano que pertence à área privada. Em relação à Assistência Social, possui 02 Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), 01 Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), 01 Centro de Referência da Mulher (CRAM), PAIM (Programa de Acolhimento Infantil Municipal), CIAPS (Centro Integrado de Atendimento e Proteção Social), ambos para atendimento à criança e adolescente.

Quanto à educação no município revelam que há 87 estabelecimentos de ensino na educação básica. Sendo divididos em: 13 Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI), 33 estabelecimentos de pré-escola, 27 de ensino fundamental e 08 de ensino médio. O município de Sarandi conta ainda com 02 instituições particulares de ensino superior. Sobre a

taxa de alfabetizados, 89,75% da população adulta integra esse grupo. O índice que mede a qualidade do ensino escolar no Brasil, IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica-2011), aponta Sarandi com o índice mais baixo dos municípios que integram a região metropolitana. (SINASE MUNICIPAL, 2014)

A população de Sarandi consiste em sua maioria, assalariados que trabalham na prestação de serviços ou no mercado informal justificando a baixa arrecadação de impostos municipais somadas à falta de investimentos no desenvolvimento econômico, reflete diretamente na ausência políticas públicas e no aumento dos problemas sociais. Para Elizabete Veloso (2003) Sarandi reproduz em sua história a migração e inchaço populacional, proporcionado uma vida de muitos problemas e dificuldades para a população de baixa renda. Segundo a autora,

Sarandi acolheu os imigrantes que vieram atraídos pela cidade polo (Maringá), e com isso cresceu populacionalmente, não dando conta de oferecer o mínimo de infraestrutura necessária (asfalto, galerias pluviais, habitação, entre outras necessidades básicas), ocasionando um crescimento inesperado, ou seja, um inchaço populacional, oferecendo para os moradores muitos problemas. Moradias com preços inferiores, sim, porém, em condições precárias. (VELOSO, 2003, p. 37).

Esse crescimento desordenado de Sarandi é reflexo da política excludente da cidade de Maringá que expulsa a população mais carente devido alto custo da terra, processo global de transformação da propriedade imobiliária em ativo financeiro que contribuem para tornar os imóveis ainda mais caros e menos acessíveis para a população de baixa renda, tendo como consequência a formação de favelas. Na cidade de Sarandi, todo esse contingente de pessoas que o município recebeu é resultado de um processo de segregação socioespacial. E o descontrole urbanístico faz com que Sarandi revele precárias condições de moradia e de infraestrutura. De acordo com o Plano Principal de Habitação:

Como consequência desse processo tem-se em Sarandi um tecido urbano desorganizado, um padrão de parcelamento desarticulado e um sistema viário em que não se percebe a sua hierarquia. O mesmo Plano Diretor destaca ainda que este processo de deterioração urbanística, ocorrido em Sarandi e Paíçandu, repete uma tendência da urbanização brasileira recente que se caracteriza pelo crescimento urbano proporcionado a periferização das populações de baixa renda em regiões sem os serviços públicos básicos e com padrão urbanístico inadequado (PLHIS, 2007, p. 15).

A falta de planejamento urbanístico e de organização de espaço reflete sobre a vida de moradores, principalmente os que possuem baixa renda, impactando sobre a forma de organização social e espacial de Sarandi, onde “boa parte daquela população pobre expulsa da cidade de Maringá instalou-se em Sarandi, devido aos valores dos aluguéis e dos terrenos serem comparativamente menores em Sarandi” (PLHIS, 2007, p. 16).

**Figura 3:** Jardim Aliança no município de Sarandi-PR



**Foto:** A autora.

Sarandi hoje possui 125 bairros (Secretaria de Urbanismo), apresentando uma desigualdade social através da espacialidade, com bairros afastados do centro da cidade e desprovidos de políticas públicas e serviços públicos efetivos, como exemplos têm o Jardim Aliança e o José Richa, que se encontra distante da área central da cidade e do acesso aos serviços não possuindo escolas, CMEIS, UBS e CRAS, ou seja, serviços básicos para uma população desprovida de recursos.

**Figura 4:** Jardim Aliança no município de Sarandi-PR.



**Foto:** A autora.

Assim o aumento da violência urbana pode ser uma das razões de como os espaços sociais são organizados e ainda o local que os agentes ocupam nesse espaço, gerando as desigualdades sociais e econômicas, como aponta Adorno (2002, p. 112),

Na sociedade brasileira, da concentração da riqueza, da concentração de precária qualidade de vida coletiva nos chamados bairros periféricos das grandes cidades e a explosão da violência fatal. Mapas da violência, realizados para algumas capitais brasileiras na década passada, indicavam que as taxas de homicídios eram sempre e flagrantemente mais elevadas nessas áreas do que nos bairros que compõem o cinturão urbano melhor atendido por infraestrutura urbana, por oferta de postos de trabalho por serviços de lazer e cultura.

Diante disso, se faz necessário entender e analisar qual a relação que o aumento das taxas de homicídios, em alguns territórios, estabelece com a organização espacial da cidade e ainda qual a ligação existente entre os processos de segregação social e espacial com a violência. Essa violência nos tempos de globalização faz com que as pessoas e especificamente os jovens tentam o tempo todo se adaptar ou até mesmo superar as muitas modalidades de violência, ocasionado por um individualismo intenso, no qual a imposição de comportamentos, que os classificam em “vencedores” e “perdedores” tendem a romper com os laços de sociabilidade.

De acordo com Sueli Felix (1996, p. 61), a falta de progresso pessoal de maneira isolada não estimula o crime. Ocorre que, a miséria de alguns em contraste com o progresso de outros, estimula o crime em busca de um reequilíbrio daqueles que se sentem inferiorizados. Assim, o crime seria uma solução de emergência dos que se percebem mais pobres frente às desigualdades sociais, sendo o meio urbano um cenário propício, visto que os desiguais convivem próximos.

Sarandi reflete essa realidade, de acordo com o Mapa da Violência de 2011, pois foi a 31º cidade brasileira com maior taxa de homicídios de jovens, sendo a arma de fogo o meio mais utilizado. No mesmo ano apresentou como 2º cidade do Paraná com 157,8 para cada 100 mil habitantes (OMS, 2011), conforme quadro 1 abaixo, em que 11% era jovens de 15 a 29 anos. Em virtude desse aumento da criminalidade e das deficiências do sistema punitivo, como superlotação e falta de um trabalho de ressocialização, torna-se crucial repensar o modo de enfrentar o delito em busca de soluções mais eficientes.

**Quadro 1:** Ranking das cidades mais violentas do Paraná

<b>As 10 cidades do Paraná com maiores índices de assassinatos</b>		Taxa de homicídio por 100 mil habitantes da população jovem	
<b>Cidade</b>	<b>Taxa/2011</b>	<b>Posição Estadual</b>	<b>Posição Nacional</b>
Piraquara	165.6	1	28
<b>Sarandi</b>	<b>157.8</b>	<b>2</b>	<b>31</b>
Foz do Iguaçu	152.0	3	35
Fazenda Rio Grande	135.3	4	45
São José dos Pinhais	131.6	5	48
Almirante Tamandaré	127.9	6	51
Colombo	122.8	7	57
Cianorte	101.7	8	82
Cascavel	101.4	9	83
Campo Mourão	101.2	10	84
<b>Maringá</b>	<b>36.3</b>	<b>28</b>	<b>326</b>

Fonte: Jornal Diário de Maringá, 19 de julho de 2013.

Para essa elevação das taxas de homicídios, Caldeira (2002) reconhece a influência de processos em curso na metrópole, ligados à urbanização, à migração, à industrialização, à pobreza e ao analfabetismo. O Estado reproduz a criminalização dos pobres, o desrespeito aos seus direitos e sua dificuldade de acesso à justiça, a desigualdade social e a pobreza são também consideradas elementos explicativos (p. 134). Como vimos somente à repressão não atinge a raiz patológica do conflito. Conquanto indispensável, a punição constitui-se apenas



como um elemento paliativo. E disto já, Cesare Beccaria (1775, p. 77) quando proclamou ser "mais fácil, mais útil, prevenir que reprimir".

É preciso, pois, que a origem do problema seja atacada. E o meio adequado para se atingir tal objetivo se dá através da prevenção. Esta, por sua vez, procura evitar a incidência da violência e, caso esta venha a incidir, procura evitar a sua reincidência. De acordo com Sérgio Adorno (2017), a prevenção poderia ser planejada estatisticamente, acredita. Uma política de prevenção poderia estar direcionada a determinada faixa de jovens de 15 a 29 anos de idade que tenha contato fortuito com o mundo da transgressão. Dentre esses, os que tenham um contato mais frequente com o crime poderiam ser alvo de programas integrados com escola, esporte e cultura. Para uma pequena porcentagem que já tenha carreira no crime, poderia haver programas com rotinas mais específicas e acompanhamento escolar. Para a parcela que permanece na criminalidade, a opção seria o encarceramento. Assim repressão policial não é prevenção.

### 3 CAPÍTULO II: VIOLÊNCIA URBANA

Na primeira noite eles se aproximam  
e roubam uma flor  
do nosso jardim.  
E não dizemos nada.  
Na segunda noite, já não se escondem:  
pisam as flores,  
matam nosso cão,  
e não dizemos nada.  
Até que um dia,  
o mais frágil deles  
entra sozinho em nossa casa,  
rouba-nos a luz, e,  
conhecendo nosso medo,  
arranca-nos a voz da garganta.  
E já não podemos dizer nada.  
(Eduardo Alves da Costa)

#### 3.1 VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE NO ESPAÇO URBANO

No Brasil as altas taxas de violência evidenciam que a mesma tomou proporções inimagináveis, sendo cada vez mais frequentes em escolas, residências, no transporte urbano e nos espaços de trabalho. Entretanto, é importante salientar que as ações violentas se caracterizam por ser cada caso diferente do outro. Em alguns lugares o medo se associa principalmente a criminalidade comum, isto é, assaltos, furtos, agressões domésticas, enquanto em outros também pode estar vinculada ao terrorismo ou a violência da raiz religiosa ou étnica. (SOUZA, 2005).

Os conflitos sociais estão mais intensos e os crimes ligados ao tráfico e as violações de direitos acentuam o medo nas classes urbanas. O índice de violência urbana também é um indicador da qualidade de vida das cidades e tem acompanhado o aumento da urbanização ocorrido a partir da segunda metade do século XX. A qualidade de vida que o cidadão persegue nas cidades atuais depende de inúmeros fatores que começam por um ambiente naturalmente saudável, passando pelo acesso à riqueza gerada pela sociedade, terminando na segurança em viver nesse espaço. As cidades modernas brasileiras têm falhado em suprir todos estes itens a seus cidadãos, se apresentando como um ambiente degradado, com a riqueza concentrada nas mãos de poucos e com um alto grau de insegurança devido à explosão da violência.

Mesmo com o protagonismo que a violência vem adquirindo no Brasil, em especial a partir da década de 1980, ela não deve ser compreendida como algo recente, pois se trata de

um fenômeno recorrente e sistemático na história da humanidade. No Brasil, as violências têm como marco o período colonial com as formas de destruição de várias etnias indígenas e também com as práticas de tratamento violento para com os indivíduos escravizados. Esse fenômeno assume determinadas configurações de acordo com cada período histórico acompanhando e se adaptando ao desenvolvimento do conjunto da sociedade (GUIMARÃES; CAMPOS, 2008). Sérgio Adorno faz um resgate da sociedade brasileira, colocando que egressa de um regime autoritário há duas décadas, vem se deparando e experimentando algumas tendências:

a) o crescimento da delinquência urbana, em especial dos crimes contra o patrimônio (roubo, extorsão mediante sequestro) e de homicídios dolosos (voluntários); b) a emergência da criminalidade organizada, em particular em torno do tráfico internacional de drogas, que modifica os modelos e perfis convencionais da delinquência urbana e propõe problemas novos para o direito penal e para o funcionamento da justiça criminal; c) graves violações de direitos humanos que comprometem a consolidação da ordem política democrática; d) a explosão de conflitos nas relações intersubjetivas, mais propriamente conflitos de vizinhança que tendem a convergir para desfechos fatais (ADORNO, 2002, p. 88)

O crescimento das cidades inserido num contexto de transformações econômicas, sociais e políticas, causou um desarranjo, aumentando os problemas da questão demográfica, em que a mesma não foi acompanhada com a disponibilidade de recursos básicos. Segundo Moura (2004), as áreas mais urbanizadas são as que possuem os mais expressivos indicadores de atividades econômicas, mas também as que ostentam indicadores sociais de grande desigualdade. Essa desigualdade reflete na exclusão social que ao lado do desemprego, doenças, subnutrição, delineiam a situação social dos grupos excluídos.

Por conseguinte, a concepção de que a violência e o aumento das taxas de homicídios estão diretamente vinculados com aspectos socioeconômicos e territoriais, não respondem mais a complexidade das muitas modalidades de violência, pois “a hipótese de que a pobreza e a desigualdade aumentam a violência se fundamenta em teorias que se referem basicamente aos autores dos crimes e não às vítimas” (CANO; SANTOS, 2007, p. 81). O fenômeno da violência urbana, no entanto, permeia todo o espaço e, apesar de se apresentar de forma diferente, acaba por gerar o mesmo tipo de reação, representada pelo medo, insegurança, gerando a degradação do espaço urbano com uma considerável perda da qualidade de vida para as pessoas que habitam a cidade. A violência surge como um fator que empurra cada

cidadão para a paranoia da insegurança, em que a preocupação básica é o medo diário de sofrer algum ato de agressão.

É na cidade que devemos começar a entender de que forma os processos que culminam na violência se formam, se desenvolvem e se reproduzem. Não é fácil entender o comportamento humano. Pior ainda quando se trata de mau comportamento (POSTERLI, 2000). No ambiente das cidades temos essas duas formas caminhando juntas, onde os atos de violência rotineiros banalizam e dão legitimidade ao estado de violência. Jonh Galtung (1981) define essas duas formas como violência direta, ou do comportamento, e violência estrutural. A primeira se reduz, em última instância, ao uso da força física para atingir, ou responder, as ações de outros seres humanos. A violência estrutural, por outro lado, é o resultado de estruturas sociais que afetam os indivíduos indiretamente – a distribuição de renda, a fome, o desemprego, a discriminação racial.

Sônia Ferraz (1994) define que “O homem se assemelha a certas espécies de animais, quando entra em conflito com os de sua própria espécie; e é, dentre as espécies, a única em que o ato de lutar é destruidor, comete assassinatos em massa e possuem desajustados dentro de seu próprio meio”. Já Manuel Castells (1969) dá uma visão da dimensão do estado da agressividade urbana, baseado na alta densidade, partindo de uma interpretação sociológica, mas não perdendo de vista a origem do comportamento instintivo do homem. “A coabitação sem possibilidade de expansão real resulta na selvageria individual e, conseqüentemente, na agressividade” (CASTELLS, 1969, p. 103).

Muitos estudos partem da perspectiva de que as aglomerações aumentam às taxas de violência e que os cidadãos que vivem nesses espaços desenvolvem um individualismo, associando violência com estado de massa, para Ferraz (1994), a densidade é apenas um elemento de um conjunto maior: o aglomerado urbano como um todo. Nesse caso o número absoluto de habitantes de uma cidade é o fator mais expressivo.

Alguns estudiosos relacionam a violência, as questões de gênero, raça e à desigualdade social presente nas cidades. Essa desigualdade tem sua origem no modelo econômico adotado pela sociedade capitalista, que gera as chamadas classes de excluídos, vivendo à margem do processo produtivo. Como consequência, temos uma acentuação da pobreza nas metrópoles, com uma classe cada vez maior de indivíduos que não têm acesso às benesses promovidas pela sociedade urbana. Dentro deste contexto a junção do modelo econômico capitalista, que gera o individualismo, associado à desigualdade social, ao

desemprego, a falta de escolaridade, ou seja, a ausência de políticas públicas e o tráfico de drogas são propulsores da violência urbana.

Sérgio Adorno (2002) traz a questão da criminalidade na sociedade brasileira destacando que o país se encontra na rota do tráfico internacional de drogas e de outras modalidades do crime como tráfico de armas funcionando como um propulsor do crescimento da violência urbana. No município de Sarandi o envolvimento com o tráfico de drogas é o que leva a maioria dos nossos jovens para a criminalidade, mesmo não tendo dados oficiais sobre a esses crimes, os homicídios são os únicos registrados pelo Ministério da Saúde relacionado as causas externas, ou seja, não apenas com crimes e delinquência. Adorno (2002, p. 91) compreende também que

sobre desfechos fatais resultantes de disputas no domínio do narcotráfico, resultantes de graves violações de direitos humanos (como mortes praticadas por agentes policiais em situação de abuso de uso da força física, mortes praticadas por justiceiros e grupos de extermínio, mortes em linchamentos), bem como resultantes de conflitos nas relações intersubjetivas.

Estudos comprovam que os homicídios vêm crescendo a cada dia no Brasil, segundo o Sistema de Informações sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde (SIM/MS), em 2016 houve 62.517 homicídios no Brasil. Isso implica dizer que, pela primeira vez na história, o país superou o patamar de trinta mortes por 100 mil habitantes (taxa igual a 30,3). Este cenário traz implicações na saúde, na dinâmica demográfica e, por conseguinte, no processo de desenvolvimento econômico e social. Um dado emblemático que caracteriza bem a questão é a participação do homicídio como causa de mortalidade da juventude masculina (15 a 29 anos), que, em 2016, correspondeu a 50,3% do total de óbitos. Se considerarmos apenas os homens entre 15 e 19 anos, esse indicador atinge a incrível marca dos 56,5%, (IPEA, 2017). O número de mortes violentas é também um retrato da desigualdade racial no país, onde 71,5% das pessoas assassinadas são negras ou pardas.

Para Adorno (2002), em todo o país, o alvo preferencial dessas mortes compreende adolescentes e jovens adultos masculinos, em especial procedentes das chamadas classes populares urbanas, tendência que vem sendo observada em inúmeros estudos sobre mortalidade por causas violentas. Toda essa violência também é refletida nas mortes causadas por confronto com policiais em combate ao tráfico de drogas, justificadas em nome da resistência da ordem de prisão. Para se existir uma política de segurança e enfrentar a tirania do tráfico de drogas é necessário investir em políticas sociais, em modernização da polícia e

em um Estado forte. Portanto a violência e os homicídios de jovens encontram-se inseridos em uma complexa rede constituída por questões sociais, econômicas, políticas, culturais e individuais que suscitam um olhar diferenciado capaz de integrar essas distintas condições na possibilidade de uma compreensão mais aprofundada deste fenômeno enquanto problema social.

Mas considerando que no Brasil uma pessoa morre a cada 8 minutos totalizando por ano, são quase 60 mil homicídios, um grupo de especialistas do Núcleo de Estudos da Violência da USP, não existe basicamente uma associação direta entre tráfico e violência. São Paulo, por exemplo, estado com a menor taxa de homicídios do Brasil, é também o principal mercado de drogas do país. Estudos apontam uma relação entre competição e violência. Quando grupos rivais disputam mercados, têm acesso a armas de fogo lidam com governos politicamente fracos, a violência é maior. É o que ocorre em estados das regiões Norte e Nordeste. Em São Paulo, o mercado é regulamentado por um único grande grupo criminoso.

Outros fatores contribuem para que a violência aconteça como a desigualdade social que é importante para compreender a concentração, já que os homicídios se concentram em bairros com desvantagens sociais concentradas – com boa parte de moradores negros. De cada 100 pessoas assassinadas no Brasil, 71 são negras. A chance de um negro ser vítima de homicídio é 23,5% maior que a de pessoas de outras raças/cores. O preconceito e o estigma social e racial acabam direcionando contra estes grupos controles excessivos por parte das instituições de segurança e Justiça do Estado, resultando muitas vezes em violência policial e aprisionamentos arbitrários. Outra forma da ocorrência de tantos homicídios seria de acordo com NEV-USP seria a disputa de grupos organizados, gangues ou facções. Atualmente as disputas transcenderam os muros das prisões e são importantes para explicar o crescimento das mortes nos bairros mais violentos.

No Brasil, foram registradas 3.320 mortes em decorrência de intervenção policial em 2015 de acordo com o Mapa da Violência, o que torna a polícia brasileira uma das mais violentas do mundo como afirma o NEV(Núcleo de Estudos de Violência da USP). Apesar da péssima qualidade na investigação sobre esses casos, a elevada taxa de letalidade é um indicador da baixa capacidade de planejamento e de inteligência policial. Também existe o problema da superlotação das prisões, que registrou 379 mortes violentas em 2016 dentro dos presídios, o que significa uma pequena parte do total de mortes no Brasil. Os dados sobre mortes em prisões são difíceis de obter e às vezes são mascarados. A superlotação dos presídios, no entanto, tem contribuído para o fortalecimento das gangues prisionais e para a

organização do crime. No ano de 2019 o Jornal francês Le Monde também aponta a polícia brasileira<sup>7</sup> como mais violenta do mundo. De acordo com a matéria a polícia matou mais de 6 mil pessoas em 2019. O texto aponta ainda que entre 2015 a 2019 mais de 25 mil brasileiros foram mortos por policiais, sendo que 75% são homens jovens, negros e que residem em bairros pobres.

Segundo pesquisa realizada e publicada pelo coordenador do NEV-USP, Sérgio Adorno, a impunidade contribui para o aumento de mortes no país. Diz o pesquisador: “Ao preferir o maciço volume de ocorrências com autoria desconhecida (nos processos de investigação de crimes), agentes e agências policiais contribuem para produzir elevadas taxas de impunidade penal” (ADORNO, 2017).

Outro fato que influencia a impunidade e, conseqüentemente, o aumento de mortes é a morosidade da justiça penal para os casos de homicídios. Ou seja, o Brasil vive um paradoxo em termos de punição. Se, por um lado, tem uma das maiores populações prisionais do planeta, por outro, tem um nível de punição muito intensa sobre alguns tipos de crimes enquanto outros tipos de crimes não estão no radar do sistema de justiça criminal. Apesar de o crime de homicídio contar com os melhores indicadores de esclarecimento, a maior parte da população prisional não está encarcerada por crimes contra a vida, mas sim por delitos relacionados a drogas.

Segundo estudo do IPEA, quanto mais armas em circulação, maior o número de crimes, especialmente homicídios. Contudo, estudos sobre as armas de fogo apreendidas no Brasil revelam em sua maior parte que estas armas são de fabricação nacional. Estudos também apontam para a relação entre competição e violência. Quando grupos rivais disputam mercados e têm acesso a armas de fogo, a violência é maior. Um estudo produzido pelo Ministério da Justiça a partir dos inquéritos policiais indicou como principais macros causas dos homicídios no país: disponibilidade de armas de fogo, presença de gangues e drogas, violência patrimonial, violência interpessoal, violência doméstica, conflitos entre a polícia e cidadãos, dentre outros.

### 3.2 JOVENS E A VIOLÊNCIA URBANA

“Do rio que tudo arrasta se diz que é violento. Mas ninguém diz como são violentas as margens que os

---

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/policia-brasileira-e-a-mais-violenta-do-mundo-aponta-jornal-frances>. Acesso em: 23 maio 2020.

reprimem” (Bertold Brecht)

Configurando-se como categoria social, a juventude pode ser entendida como uma concepção, representação ou criação simbólica construída pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens para simbolizar comportamentos e atitudes a ela atribuídos. Modifica-se de acordo com a classe social, grupo étnico/racial, nacionalidade, gênero, contexto histórico nacional e regional, dentre outros aspectos. Constitui a fase da vida sobre a qual existe maior expectativa social correspondendo a um estágio do desenvolvimento de construção social associada às transformações biológicas, que vão da pré-adolescência até a fase adulta. Historicamente, essa etapa da vida está se ampliando cada vez mais, e há uma tendência universal de se caracterizar como jovem a população com idade entre 15 e 30 anos (MINAYO, 2011)

Nesse cenário marcado pelas desigualdades sociais e pelos processos de exclusão e segregação social, os jovens vivenciam as dificuldades de inclusão social que se expressam por privações no acesso a bens materiais e culturais, entre eles a precária inserção no mundo do trabalho ou mesmo o desemprego, o que pode influenciar no seu envolvimento com a violência letal. Associados a estes, o comprometimento das condições de vida cotidiana dessa população e políticas públicas ineficazes voltadas para este grupo, configuram-se como condições que afetam a relação dos jovens com as violências.

Nesse sentido, a sociedade da “modernidade tardia” é caracterizada pela reprodução estrutural da exclusão social, por uma disseminação das violências, com rupturas de laços sociais e desfiliação de várias categorias tais como a juventude, uma das grandes vítimas da mundialização (SANTOS, 2007). A segregação social e espacial das populações, o aumento do desemprego e os recursos ineficazes do aparelho social e do sistema judiciário podem ser fatores explicativos para a violência difusa. Nesse cenário também podem ser identificadas situações de desigualdade econômica e social, condições de vulnerabilidade social e, conseqüentemente, a vitimização dos jovens (SANTOS, 2007).

A morte violenta de jovens, sobretudo nos grandes centros urbanos, é um problema que vem desde a década de 1980 suscitando preocupações no cenário nacional, especialmente no que concerne aos homicídios. A violência contra jovens entre 15 e 29 anos aumentou significativamente em 10 anos. Em 2011, Sarandi tinha um índice de 157,8 para cada 100 mil habitantes (OMS, 2011), o Atlas da Violência de 2018, apontam que em 2016 houve um aumento de 7,4% em relação a 2015 no número de jovens mortos de forma violenta. Em 2017, 35.783 jovens foram assassinados no Brasil. Esse número representa uma taxa de 69,9



homicídios para cada 100 mil jovens no país, taxa recorde nos últimos dez anos. Homicídios foram a causa de 51,8% dos óbitos de jovens de 15 a 19 anos; de 49,4% para pessoas de 20 a 24; e de 38,6% das mortes de jovens de 25 a 29 anos. De acordo com Daniel Cerqueira, pesquisador do Ipea e coordenador do estudo, cerca de 70% dos jovens que são vítimas de violência são negros, pessoas de baixa escolaridade e que não tem o ensino fundamental concluído. Esses fatores são ainda mais fortes quando se olha para localidades dominadas pelo crime organizado. Recentemente o IPEA mostrou através do Atlas da violência de 2020, que no Brasil houve 628.000 homicídios entre 2008 e 2018, e que 55,3% dos homicídios foi entre jovens entre 15 e 29 anos.

Ao analisar o município de Sarandi, somos levados a perguntar qual a motivação que leva ao homicídio entre os jovens e os aspectos do cotidiano que nos permitem identificar a emergência dessa forma de violência, assim como as repercussões no contexto de desenvolvimento. No caso dos jovens de Sarandi, tais questões apontam para as dinâmicas do contexto onde ocorrem tais eventos, ou seja, na sua territorialidade. Para essa resposta justificamos que nos anos de trabalho dedicado a esse município conhecendo a periferia e suas especificidades, como a ausência de políticas efetivas de combate à criminalidade e ao tráfico de drogas.

De acordo com o SINASE (2014), de Sarandi, em 2013, 36 % dos adolescentes que cumpriram medidas socioeducativas estão envolvidos no tráfico de drogas, esse número em 2019 é de 33% de acordo com o SEMS. As estratégias de resposta ao risco de morte, para os jovens envolvidos com o mercado ilegal de drogas, variam desde a tentativa de contorná-lo até o engajamento no narcotráfico. Também conseguimos avaliar que esses adolescentes são a princípio levados pela ilusão do dinheiro, na questão na venda das drogas, mas devido à maioria também ser consumidora de drogas, acabam contraindo dívidas junto aos traficantes, fato gera o tal “acerto de contas”, culminando muitas vezes com a perda da sua própria vida.

O Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crimes define o homicídio intencional como os atos em que o autor, por suas ações, pretende causar ferimentos graves ou a morte. Este conceito exclui os óbitos relacionados a conflitos ocasionados por imprudência ou negligência ou os assassinatos considerados justificáveis pela lei penal, tais como as mortes cometidas por agentes da lei no cumprimento de seu dever ou em autodefesa. Assim, o homicídio é, portanto, a morte ilegal e intencional causada a uma pessoa por outro indivíduo. Acresce ainda que todos os atos de homicídio envolvem o uso da força mal dirigida contra uma pessoa (OMS, 2002).

Cabe aqui uma ressalva em relação ao fato de as mortes pelas forças policiais, conhecidos no Brasil por meio da classificação administrativa de “autos de resistência”, não serem consideradas homicídio. Ao mesmo tempo em que este dispositivo ampara o policial em seu cotidiano de trabalho permitindo a autodefesa e o protegendo do risco de ser punido com pena de detenção ou mesmo de ser condenado, pode favorecer graves distorções na ação policial, principalmente se há indícios de que é rotineira a não investigação sobre as condições nas quais se deu a resistência desse agente. Ressalta-se que as tensões e ansiedades vivenciadas pelos jovens nesse contexto de privações e incertezas podem desencadear comportamentos agressivos para reforço de identidade ameaçada, transformando-o em agentes da violência.

O jovens expostos a esta sociedade marcada por diversos tipos de violência em que os direitos são violados, sendo visível a precariedade do sistema de saúde e educacional, falhas na segurança pública, relações perversas entre cidadãos e as instituições públicas, atrocidades cometidas por órgãos governamentais e seus representantes tendo como pano de fundo os interesses próprios ou de minorias – os jovens incorporaram este elemento como modelo identificatório, como padrão de conduta, e forma de autoafirmação dentro da sociedade. Pode-se concluir que o acesso negado aos jovens a bens e direitos básicos como saúde, educação, trabalho, cultura e lazer restringe a capacidade de formação, torna-se fonte de vulnerabilidade, contribuindo para a precária integração dos jovens às estruturas de oportunidades. Nesse sentido, a abordagem da vulnerabilidade social se presta à compreensão da situação de jovens, especialmente os de baixa renda, e de sua relação com a violência.

Entretanto, não se pode concluir de modo direto e sem incluir outros fatores que a violência é consequência da pobreza, estabelecendo aí uma consequência direta, ressalta-se aqui, porém, o fato das desigualdades sociais e negação de direitos fundamentais (moradia, transporte, saúde, educação, esporte, lazer) desencadeou comportamentos violentos. Segundo Pinheiro (1996, *apud* ABRAMOVAV, 2000, p. 23),

haveria uma violência de caráter endêmico relacionada a assimetrias sociais que se traduzem em autoritarismos de várias ordens como: [...] impunidade, corrupção; abusos de forças policiais, principalmente contra os pobres e os não-brancos; as violações dos direitos das pessoas presas pobres; discriminação racial.

Apesar de a violência não estar limitada a estratos sociais, econômicos, raciais ou geográficos, levantamentos estatísticos demonstram que ela atinge com maior intensidade a

grupos específicos, como por exemplo, jovens do sexo masculino, negros e sem acesso à escola. Assim os jovens além de desenvolverem uma identidade individual e grupal são beneficiados pela proteção, reconhecimento, dinheiro e prestígio oferecidos por tais organizações,

Um jovem pobre e negro caminhando pelas ruas de uma grande cidade brasileira é um ser socialmente invisível. [...] há muitos modos de ser invisível e várias razões para sê-lo. No caso desse nosso personagem, a invisibilidade decorre principalmente do preconceito e da indiferença. Uma das formas mais eficientes de tornar alguém invisível é projetar sobre ele ou ela um estigma, um preconceito. [...] O estigma dissolve a identidade do outro e a substitui pelo retrato estereotipado e a classificação que lhe impomos. Quem está ali não é o Pedro, o Roberto ou a Maria, com suas respectivas idades e histórias de vida, seus defeitos e qualidades, suas emoções e medos, suas ambições e desejos. Quem está ali é o “moleque perigoso” ou a “guria perdida”, cujo comportamento passa a ser previsível. [...]. Prever o seu comportamento estimula e justifica a adoção de atitudes preventivas. Como aquilo que se prevê é ameaçador, a defesa antecipada será a agressão ou a fuga, também hostil. Quer dizer, o preconceito arma o medo que dispara a violência, preventivamente. [...] Os cientistas sociais diriam que este é um caso típico de “profecia que se autocumpre”. (ATHAYDE; BILL; SOARES, 2005, p. 175).

Deste modo, adolescentes e jovens encontram nas turmas, gangues ou organizações criminosas uma forma de amenizar os efeitos da exclusão social, muitas vezes, pondo fim à invisibilidade social a qual são submetidos.

### 3.3. ANÁLISE DA VIOLÊNCIA CRIMINAL NO ESPAÇO URBANO DE SARANDI E AS TAXAS DE HOMICÍDIOS DE JOVENS

Apresentaremos agora o relato do campo realizado frente à Delegacia de Polícia Civil de Sarandi através dos BO's (Boletins de Ocorrência). Apresentaremos um retrato dos homicídios dos jovens do município de Sarandi, com o objetivo de identificar a quantidade de homicídios e os locais de ocorrências registradas. A pesquisa teve início em março de 2018 e o objetivo é analisar o número de homicídios ocorridos de 2014 a 2018 entre jovens de 15 a 29 anos, assim como raça, gênero, meio utilizado e motivação. A metodologia utilizada para atingir tal objetivo, envolveu pesquisa de trabalho de campo, o qual foi realizado junto à delegacia da Polícia Civil do município de Sarandi.

A metodologia utilizada para atingir tal objetivo, envolveu a pesquisa na Delegacia Civil de Sarandi através do Programa SCOL (Sistema de Controle de ocorrências Letais)

utilizado para registro de Ocorrências do Estado do Paraná que permite a coleta de dados quantitativos sobre cada morte.

No Brasil as duas principais fontes oficiais de contabilização de homicídios são: Sistema de Informação de Mortalidade através do SIM/DATASUS e a contabilização dos BO's produzidos pela Polícia Civil de cada Estado sendo no Paraná através do SCOL. O SIM/DATASUS utiliza a Classificação Internacional de Doenças CID-10. Há uma categoria chamada "Mortes por causa indeterminada", que é utilizada quando o exame pericial é inconclusivo. No Brasil, em 2009, esse indicador alcançou um patamar de 9,6%, contra um máximo de 1% em países desenvolvidos. O mais provável é que uma parte dessas mortes assim classificadas seja na verdade homicídios (embora seja improvável que todas o sejam). Esse indicador tem melhorado no país ao longo dos anos, mas ainda não atingiu um patamar satisfatório. Desta forma não utilizei o DATASUS, pois sua alimentação no município de Sarandi devido não fornecer informações adequadas para os objetivos desta pesquisa.

Na área da segurança pública, "morte a esclarecer" e "morte por causa indeterminada" são terminologias utilizadas nos boletins de ocorrência, feitos pela Polícia Civil, quando não é possível saber, de imediato, se foi uma morte natural (quando não há sinais externos de violência, por exemplo) ou se foi um suicídio (quando há violência, mas não é possível saber se foi auto infligida). Cada unidade da federação tem um procedimento diferente de contabilizar ou não essas mortes nas estatísticas de homicídio, bem como têm procedimentos diferentes de atualização dos boletins quando o andamento do inquérito esclarece se a ocorrência foi ou não homicídio. A classificação de uma proporção muito grande de ocorrências em categorias como "encontro de cadáver", "encontro de ossada", "morte a esclarecer" e assim por diante é um indicador de subnotificação. Além disso, é preciso estar atento para quando o Estado publica o número de ocorrências, mas não o número de vítimas.

Nesta pesquisa iremos relatar apenas os homicídios dolosos, aqueles em que há a intenção de matar ou o sujeito assume o risco de fazê-lo. Inicialmente, é importante transcrever a definição de crime doloso prevista no Código Penal Brasileiro, que traz em seu artigo 18, inciso I, a seguinte redação: "o crime é doloso, quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo". Como se pode observar, a Lei, como de praxe, definiu de forma bastante breve e genérica crime doloso, limitando-se a apontar a sua ocorrência em duas ocasiões: quando há vontade do resultado e quando há assunção do risco da ocorrência deste, sendo a primeira parte do artigo referente ao dolo direto e a segunda parte ao dolo eventual (indireto).

No entendimento de Rogério Greco (2008. p. 183), o dolo pode ser definido como a “vontade e consciência dirigidas à realização da conduta prevista no tipo penal incriminador”. Por seu turno, Luiz Gomes (2007, p. 376) conceitua didaticamente o tipo doloso:

[...] é a consciência e vontade de realizar (de concretizar) os requisitos objetivos do tipo que conduzem à produção do resultado jurídico relevante (lesão ou perigo concreto de lesão ao bem jurídico) desejado (querido, intencional – dolo direto) ou pelo menos esperado como possível (assumido pelo agente – dolo eventual).

Assim, em regra, os crimes são sempre dolosos. Eventualmente o tipo penal pode acolher a modalidade culposa na conduta do agente ativo, porém, tal hipótese só seria viável havendo previsão legal para tanto, ou seja, o dolo é regra, sendo a culpa exceção prevista em lei. Em sentido amplo e genérico, o dolo é a vontade de concretizar elementos do fato típico.

Então quando nos referimos aos dados sobre violência urbana e principalmente sobre homicídios dolosos tanto a nível, nacional, estadual e municipal percebemos que o modo de compilação dessas informações é muito precário. Recentemente a Secretaria de Segurança Pública do Paraná passou a informar os dados através do SCOL (Sistema de Ocorrências com Letalidade). Como não existe padronização nacional em relação às estatísticas criminais pois o registro de dados da polícia depende de cada Estado, a desconfiança dos dados é natural e a melhoria do registro deve ocorrer constantemente, até porque os propósitos destes órgãos são distintos, a Segurança para dados apenas criminais e a Saúde para dados epidemiológicos.

Portanto a coleta de dados na Delegacia Civil de Sarandi a princípio foi acordada com a equipe de investigação, mas no decorrer houve a troca de chefia ocorrendo uma dificuldade na transferência dos dados por parte da equipe de investigadores. Em contato com a Delegacia de Polícia Civil, foi relatado que a alimentação dos dados do Programa do SCOL passa por um problema na computação desses dados pois não existe equipe disponível para este trabalho. Desta forma foi disponibilizada uma sala, com computador e passei utilizar o SCOL, pude entrar na ficha individual e colher os dados disponíveis. Mas infelizmente podendo acessar o programa, percebi que não há um preenchimento completo de todas as informações do indivíduo, principalmente quando se trata de raça, conforme gráfico 3. Finalizei a ida ao campo no dia 15 de março de 2020, com os dados coletados. Como já estava organizando todas as informações coletadas, finalizamos a tabulação e organização dos dados, que culminou com a elaboração dos números de homicídios no município de Sarandi de 2014 a 2018.

### 3.4 HOMICÍDIOS NO MUNICÍPIO DE SARANDI –PR

Essa seção apresentará os dados que compõem as informações sobre o perfil das vítimas de homicídios neste município nos anos de 2014 a 2018, com idade de 15 anos a 29 anos. Serão demonstrados dados como: idade, gênero, raça, instrumento utilizado, motivação das ocorrências e por fim quais os bairros em que aconteceram os homicídios, a fim de verificar onde está concentrada a violência no município de Sarandi. No decorrer do período pesquisado, contabilizou 94 ocorrências de homicídios dentro do perfil pesquisado, que, por conseguinte, no ano de 2018, foi o período em que se registrou o maior número de casos apresentado. A seguir o quadro (01) demonstra as taxas e o total de ocorrências de homicídios em Sarandi durante o período de janeiro de 2014 a dezembro de 2018.

**Quadro 2:** Total e Taxa\* de homicídios de jovens de 15 a 29 anos no município de Sarandi (PR) no período de janeiro de 2014 a dezembro de 2018, de acordo com a população total do município.

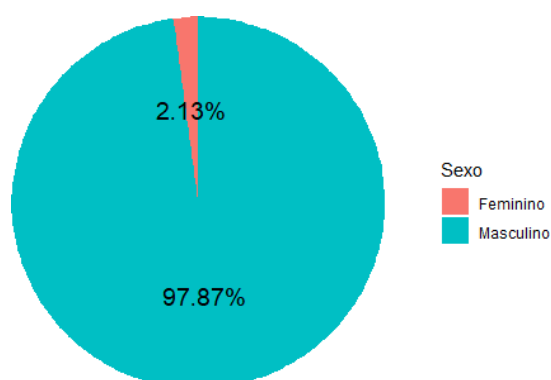
2014		2015		2016		2017		2018	
Total	Taxa	Total	Taxa	Total	Taxa	Total	Taxa	Total	Taxa
14	16.14	18	20.18	21	22.99	19	20.17	22	23.03

Taxa calculada com base nos Boletins de Ocorrência da unidade local da Polícia Civil do município de Sarandi - PR. tendo em vista os critérios definidos pela Organização Mundial da Saúde. Foi utilizada para o cálculo da taxa de homicídios a estimativa populacional do IBGE para os anos de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018.

**Fonte:** A autora

O município de Sarandi, no decorrer do período pesquisado, apresentou um aumento regular sem grandes oscilações nas ocorrências, mas ainda considerado alto, pois esses dados são apenas de jovens entre 15 a 29 anos, não trazendo os dados do município sem distinção de idade.

**Gráfico 01:** Sexo das vítimas de ocorrências de homicídios no município de Sarandi – PR no período de janeiro de 2014 a dezembro de 2018.

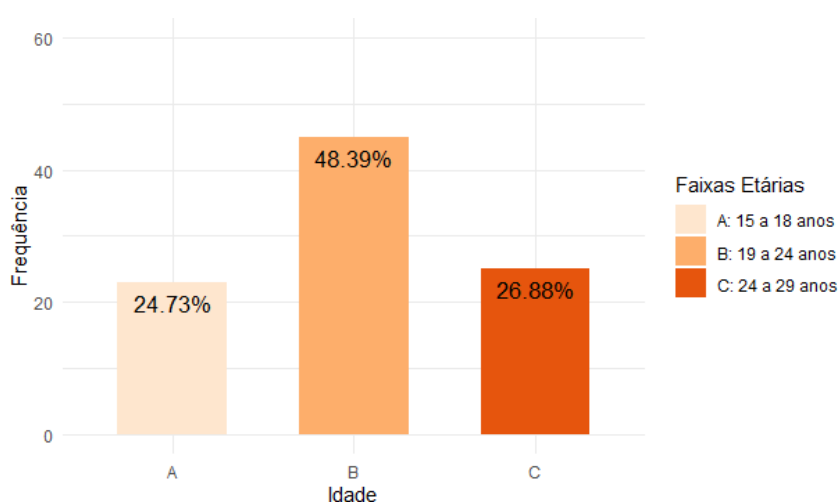


Boletins de Ocorrência da unidade local da Polícia Civil do município de Sarandi – PR.

**Fonte:** A autora.

O sexo das vítimas apresentou as mesmas correlações com o restante do país, ou seja, a maioria esmagadora é do sexo masculino. Nesse território quase 97,87% das vítimas eram homens, isso equivale dizer que dos 94 homicídios ocorridos, aproximadamente 92 integravam essa categoria (**Gráfico 01**).

**Gráfico 02:** Faixa etária das vítimas de ocorrências de homicídios no município de Sarandi-PR no período de janeiro de 2014 a dezembro de 2018.

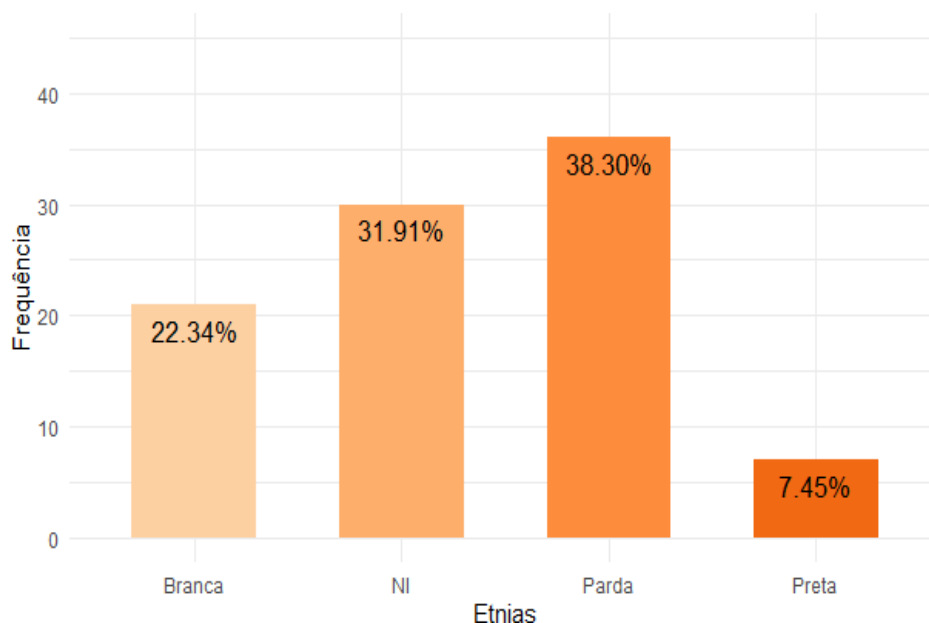


Boletins de Ocorrência da unidade local da Polícia Civil do município de Sarandi – PR.

**Fonte:** A autora.

Ao analisarmos a faixa etária mais atingida notamos que a que apresenta maior convergência está localizada no grupo entre 19 e 24 anos, com 48,3% das vítimas pertencentes a essa categoria. O segundo grupo mais expressivo foi o de 24 a 29 anos com, 26,88% do total. O grupo de adolescentes que compreende a faixa etária de 15 a 18 anos representou 24,73% das vítimas, conforme evidenciado no (**Gráfico 02**). A criminalidade violenta está, conforme os dados, fortemente relacionada ao sexo masculino e ao grupo etário dos jovens de 15 a 29 anos. Para todos os estados, quando é feito o recorte de homens jovens, a taxa de homicídios apresenta considerável elevação em relação à taxa geral de homicídios de jovens.

**Gráfico 3:** Raça das vítimas de ocorrência de homicídios no município de Sarandi – PR no período de 2014 a 2018.



Boletins de Ocorrência da unidade local da Polícia Civil do município de Sarandi – PR.

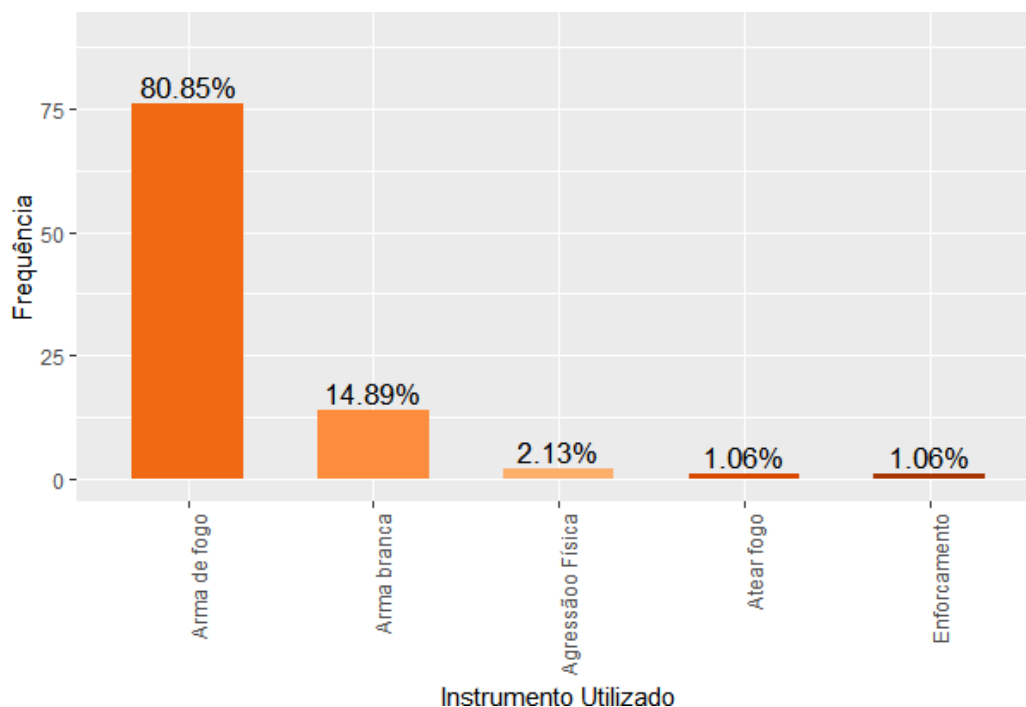
**Fonte:** A autora.

As taxas mostram que a maioria dos indivíduos não foram identificados em relação a sua raça sendo 31,31%, mas a característica de Sarandi diferente do apresentado pelo Estado do Paraná que segundo o IBGE, continua sendo o único estado a observar taxa de homicídio de não pretos, superior à de pretos: 26,5 % contra 19,0 %. Em Sarandi os dados mostram que os pardos e os pretos juntos somam uma taxa de 45,75% dos indivíduos assassinados, contra uma taxa de 22,34% de brancos.

Isso mostra que a desigualdade racial ainda é muito grande no Brasil ainda que reconheçamos que esse processo se manifesta de formas distintas, caracterizando cenários estaduais e regionais muito diversos sobre o mesmo fenômeno. Portanto fica evidente a necessidade de que políticas públicas de segurança e garantia de direitos que devam, necessariamente, levar em conta tais diversidades, para que possam melhor focalizar seu público-alvo, de forma a promover mais segurança aos grupos mais vulneráveis. O risco relativo de homicídios cresce na população negra, sugerindo o aumento das desigualdades. A repercussão das medidas anti-armas no Brasil, implantada em 2004, foi positiva na população branca e discreta na população negra.



**Gráfico 04:** Meio utilizado nas ocorrências de homicídios no município de Sarandi-PR no período de janeiro de 2014 a dezembro de 2018

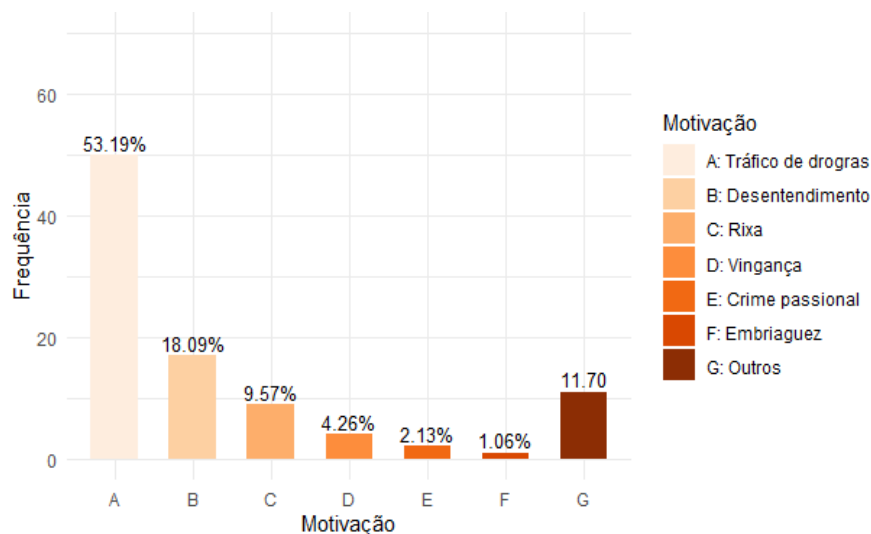


Boletins de Ocorrência da unidade local da Polícia Civil do município de Sarandi – PR.

**Fonte:** A autora.

O município de Sarandi não foge às características das estatísticas nacionais quanto ao meio mais perpetrado nas ocorrências de homicídios. Assim, aproximadamente 80% dos homicídios praticados nesse município foram efetuados com arma de fogo. Atualmente, o Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/03) proíbe a venda de arma de fogo ao cidadão comum com menos de 25 anos de idade. O município se manteve dentro da média nacional que corresponde a 71.1% dos homicídios praticados com esse instrumento em 2018 (IPEA). O estudo lembra que, em um ano e meio da gestão do presidente Jair Bolsonaro, já foram editados onze decretos, uma lei e quinze portarias que, na visão dos especialistas, fragilizam os instrumentos de controle e fiscalização de armas de fogo e munições no Brasil. Essa violência tem como principal alvo a juventude brasileira. A pesquisa aponta que os homicídios são a principal causa de mortalidade de jovens entre 15 e 29 anos, atingindo pessoas com "plena capacidade produtiva, em período de formação educacional, na perspectiva de iniciar uma trajetória profissional e de construir uma rede familiar própria. A faca foi segundo meio mais utilizado, contabilizado 13,7% dos casos. Em relação ao meio praticado com agressão física teve 2,13%, atear fogo 1,06% e enforcamento 1.06%. Essa realidade dos meios utilizados na área pesquisada (**Gráfico 04**):

**Gráfico 5:** A Motivação que levou aos homicídios no município de Sarandi de janeiro de 2014 a dezembro de 2018.



Boletins de Ocorrência da unidade local da Polícia Civil do município de Sarandi – PR.

**Fonte:** A autora.

Observa-se que a maior motivação dos homicídios é o tráfico de drogas liderando com mais de 50% dos casos, as outras motivações se caracterizam por crimes ligados ao uso excessivo de álcool, brigas de bar, razões passionais, vinganças e demais desentendimentos.

Desta forma, as relações do tráfico com o crime se dão em decorrência da motivação financeira, assim como da coação e do vício, pela busca de território na distribuição de entorpecentes por parte dos traficantes ou pelo acerto de contas. Um dos fatores que alimentam a estrutura do narcotráfico é a necessidade dos dependentes com o consumo de droga. Assim, quando não possuem condições financeiras para adquiri-las passam a praticar delitos, ou lhes restam à possibilidade de prestar serviço ao tráfico, já que além da venda ou mesmos as consomem.

### 3.5. ESPACIALIZAÇÃO E ANÁLISE DOS HOMICÍDIOS EM SARANDI

Nesta seção apresentaremos os locais de ocorrência dos homicídios das vítimas e suposto local de moradia. Foram elaboradas tabelas com apresentação dos bairros onde ocorreram os homicídios no município, praticados nos 05 anos que essa pesquisa contempla a espacialização de Sarandi. Dada a precariedade dos registros junto aos BO's não foi possível identificar os locais de moradia dessas vítimas não sendo possível espacializar todo o conjunto de dados. Contudo, levando em conta que, nesse momento será realizado apenas

uma análise descritiva da distribuição espacial, considerando que a quantidade seja satisfatória para estabelecermos as características socioespaciais dos territórios.

**Quadro 3:** Bairros de ocorrência dos homicídios das vítimas no município de Sarandi –PR.

<b>BAIRRO</b>					
<b>Bairro</b>	<b>Nº</b>	<b>Bairro</b>	<b>Nº</b>	<b>Bairro</b>	<b>Nº</b>
Centro	4	Parque São Pedro	1	Conjunto Bom Pastor	1
Conjunto José Richa	1	Conjunto Bela Vista	1	Conjunto Vale Azul	2
Estrada Jaguariuna	2	Conjunto Maúa	1	Jardim Bela Vista	1
Jardim Bom Pastor	1	Jardim Aurora	1	Jardim Cometa	4
Jardim Cruzeiro	1	Jardim Castelo	2	Jardim Esplanada	2
Jardim Esperança	9	Jardim das Flores	1	Jardim Monte Rei	2
Jardim Floresta	5	Jardim Imperial	1	Jardim Paulista	1
Jardim Independência	17	Jardim Industrial	1	Jardim Triângulo	4
Jardim Nova Aliança	2	Jardim Nova Aurora	1	Jardim Verão	4
Jardim Novo Paulista	2	Jardim Panorama	3	Parque Industrial	1
Jardim Real	2	Jardim Sarandi	1	Parque Alvamar	3
Jardim Universal	4	Jardim Vera Cruz	1	Rural	1
Jd Novo					
Independência	3				

Boletins de Ocorrência da unidade local da Polícia Civil do município de Sarandi – PR.

**Fonte:** A autora.

A distribuição dos homicídios no município de Sarandi através dos bairros é apresentada nas tabelas a seguir onde estão discriminados os locais das ocorrências dos homicídios no período de 2014 até 2018. Utilizaremos como critério para a leitura da tabela a divisão do município em norte e sul a contar da divisão da BR 376 também conhecida como Avenida Colombo, que corta a cidade nesse mesmo sentido.

**Quadro 4:** Bairros de ocorrência do homicídio das vítimas em Sarandi –PR no ano de 2014 a 2018.

<b>2014</b>		<b>2015</b>		<b>2016</b>		<b>2017</b>		<b>2018</b>	
<b>Bairro</b>	<b>Nº</b>	<b>Bairro</b>	<b>Nº</b>	<b>Bairro</b>	<b>Nº</b>	<b>Bairro</b>	<b>Nº</b>	<b>Bairro</b>	<b>Nº</b>
Centro	1	Centro	1	Centro	1	Centro	1	C. Bela Vista	1
Jaguariuna	1	Jaguariuna	1	J. Bela Vista	1	C. Bom Pastor	1	C. Maua	1
J. Esperança	1	J. Castelo	1	J. Bom Pastor	1	C. José Richa	1	C. Vale Azul	2
J.Independência	3	J. Cometa	3	J. Castelo	1	J. Cometa	1	J. Aurora	1
J. Nova Aliança	1	J. das Flores	1	J. Esperança	2	J. Esplanada	1	J. Cruzeiro	1
J. Panorama	2	J. Esperança	2	J. Floresta	1	J. Floresta	2	J. Esperança	4

J. Triângulo	1	J. Esplanada	1	J. Imperial	1	J.Independência	6	J. Floresta	1
J. Universal	1	J. Floresta	1	J.Independência	5	J. Monte Rei	1	J.Independência	1
J. Verão	2	J.Independência	2	J. Monte Rei	1	J. Real	2	J. Industrial	1
P. Industrial	1	J.Novo Paulista	2	J. Nova Aurora	1	J. Triângulo	1	J. Nova Aliança	1
		J. Universal	1	J. Sarandi	1	J. Novo Indep.	1	J. Panorama	1
		J. Verão	2	J. Triângulo	2	P. Alvamar	1	J. Paulista	1
				J. Universal	1			J. Universal	1
				J. Vera Cruz	1			J. Novo Indep.	2
				P. Alvamar	1			P. Alvamar	1
								P. São Pedro	1
								Rural	1

Boletins de Ocorrência da unidade local da Polícia Civil do município de Sarandi – PR.

**Fonte:** A autora.

Nos anos de 2015, 2016 e 2017 e 2018 a maior concentração de homicídios está localizada na parte sul do município. Na distribuição espacial destaca-se que a região mais acometida por homicídios é na área de localização do bairro Jardim Esperança, considerando que Sarandi tem muitos bairros pequenos que são englobados por um único bairro como é o caso do Jardim Esperança que inclui (Gralha Azul, Cruzeiro, Bela Vista, Sarandi, Jardim Paulista, Ipanema, Real, Vera Cruz, Esplanada). Essa espacialização nos permite dizer que em praticamente todos os anos que essa pesquisa contemplou, os registros se mantiveram com o mesmo padrão de localidade, ou seja, praticamente na mesma região, a saber, a região sul. Já para o ano de 2014 as ocorrências se mantiveram distribuídas de maneira homogênea tanto na região sul quanto na região norte.

Contudo, ao analisarmos cada região, nota-se uma concentração nas regiões onde se localizam os bairros: Jardim Independência e Panorama, Bom Pastor, Universal. Mesmo os números tendo apontado a região Sul com maior número de homicídios, não podemos desconsiderar a região norte. Alguns bairros dessa região como Independência e Panorama são mais acessíveis aos serviços públicos e melhor localizados, sendo, mais próximo da área central da cidade. Mas não podemos ignorar os bairros Universal e Bom Pastor por exemplo que por décadas sofreu com a falta de infraestrutura, como falta de asfalto, saneamento básico e transporte. E a violência também sempre esteve presente nesta região de acordo com os números apresentados.

Ao considerarmos a expansão do município de Sarandi, dada à dinâmica e aceleração do crescimento urbano e populacional e ainda a dificuldade das pessoas em estabelecerem residências na área central devido principalmente em decorrência do alto custo do solo urbano, a região sul passou a alocar um grande contingente de moradores. Diante disso, inclusive ações recentes visando o deslocamento de moradores, também se dirigem ao sul do município, como por exemplo, o ocorrido com o bairro Mauá com os antigos moradores

mutirão e do bairro José Richa que se formou através de uma seleção realizada pela Secretaria Assistência Social. Muito embora o discurso do Poder Público sobre as ações de remoção seja tido como opções capazes de resolver problemas de toda ordem, observa-se que os processos de remoção vão muito além da mudança de localidade geográfica em um determinado município. As relações com a vizinhança e com o próprio bairro fortalecem por sua vez as relações sociais que determinam o modo de vida, os valores, as normas que regulamentam a convivência social desta comunidade, ocasionando a ruptura de laços e os vínculos formados em uma comunidade.

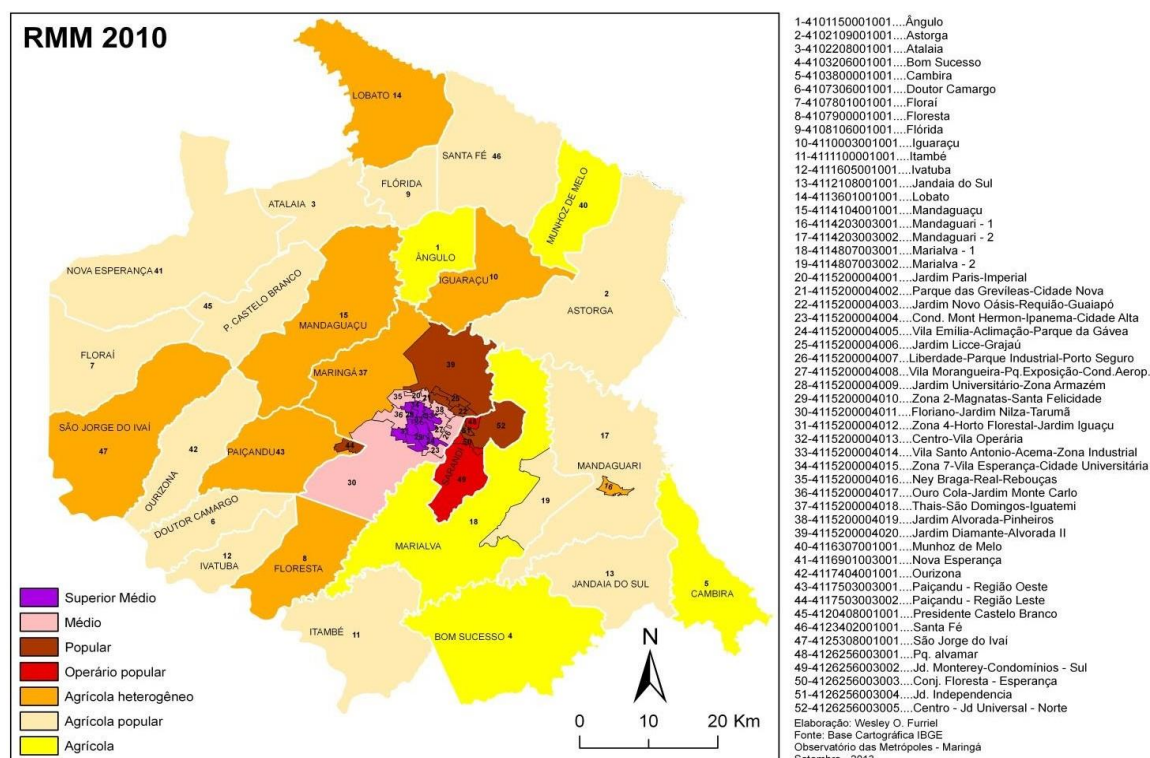
A região de Sarandi onde mais ocorrem os homicídios estão localizados na parte Sul da cidade e quando nos referimos aos locais onde os jovens são assassinados estamos tentando fazer a correlação com os bairros onde os mesmos residem, assim considerando que não termos esses dados nos BO's ou no Sistema SCOL, então consideramos que os mesmos moram na mesma área de ponderação – APOND<sup>8</sup>, partindo do princípio que cada área de ponderação segue o critério: i) a princípio, cada município é uma área de ponderação( IBGE, 2010).

O município de Sarandi possui de acordo com o IBGE (2010), 5 áreas de ponderação, são elas: I- Parque Alvamar, II- Monterey – Condomínios - Sul, III- Conjunto Floresta - Esperança, IV- Jardim Independência, V- Centro- Jardim Universal- Norte. É utilizada na APOND's, a Análise de Correspondência Binária, neste estudo, os dados são considerados binários, isto é, as observações sobre as variáveis podem tomar apenas duas possibilidades: pertencem ou não pertencem a uma determinada categoria sócio ocupacional. O mapa abaixo mostra as áreas de APOND's dos municípios da região metropolitana de Maringá, pontuando as questões de grau de instrução, tipo de trabalho e localização de cada área de ponderação.

---

<sup>8</sup> Definida pelo IBGE (2010) como unidade geográfica formada por um agrupamento mutuamente exclusivo de setores censitários, para a aplicação dos procedimentos de calibração das estimativas com as informações conhecidas para a população como um todo, sendo sistematizadas 6.241 áreas para todo o Brasil. O tamanho mínimo definido para uma área de ponderação foi estabelecido em 400 domicílios particulares ocupados. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados\\_preliminares\\_amostra/notas\\_resultados\\_preliminares\\_amostra.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_preliminares_amostra/notas_resultados_preliminares_amostra.pdf). Acesso em: 11 ago. 2020.

**Mapa 2:** Tipologia Sócio Ocupacional para a Região Metropolitana de Maringá incluindo o município de Sarandi – 2010



**Fonte:** Censo Demográfico (IBGE, 2010); Observatório das Metrôpoles.  
**Elaboração:** Rodrigues; Acorsi (2013).

Ao analisarmos os dados que se refere aos registros das ocorrências de homicídios para Sarandi no período todo pesquisado, podemos inferir no sentido que os homicídios estão espacialmente localizados nas regiões consideradas periféricas do município. Contudo, entre as peculiaridades encontradas no município de Sarandi notamos que na APOND do Conjunto Floresta- Jardim Esperança e na APOND Jardim Monterey, Condomínios - Sul estão localizadas as mais baixas rendas, os menores níveis de instrução e a maiores taxas de homicídios.

Dessa forma, temos nesta Área de Ponderação, 52% dos responsáveis pelos domicílios sem instrução ou com ensino fundamental incompleto. Sendo que apenas 1,6% dos responsáveis tem curso superior completo. No que se refere a renda dos responsáveis, 31,8% não possuem renda e 23% possuem uma renda de até R\$ 510,00. Na APOND do Jardim Universal- Norte e Centro que por sua vez, é a área mais central, há 47,6% dos responsáveis sem instrução ou com ensino fundamental incompleto e ensino superior, apenas 3,7% dos responsáveis completaram essa etapa da educação. No aspecto renda os números apresentados 102 são considerados alarmantes, pois 31,4% não possuem renda. Enquanto que 19,6% possuem uma renda de até R\$ 510,00. Mesmo o município de Sarandi estando desagregado

em 05 APOND's, podemos dizer que de acordo com alguns dados apresentados, não há grandes oscilações de renda e nível de instrução entre elas (IBGE, 2010), sendo todos baixos. O mesmo é refletido em relação à tipologia socioespacial, e, à vista disso, o território sarandiense é composto de apenas 02 tipos, sendo chamados Tipo Operário Popular e Tipo Operário, com características em que predominam moradores ocupados em atividades secundárias e terciárias, ambas não especializadas (RODRIGUES, 2004).

No município de Sarandi os territórios formados por APOND's onde tem os piores níveis de instrução e renda são, por conseguinte os que apresentam as maiores concentrações dos registros de homicídios. Reforçando a ideia de que a maneira como os territórios estão organizados economicamente e também socialmente determinam além das relações e laços sociais estabelecidos, a qualidade de vida de seus moradores. E, por conseguinte, são nesses espaços que encontramos as altas concentrações de homicídios. Esta realidade se dá no cruzamento da Tipologia Socioespacial por meio da Regressão Linear Multivariada, composição utilizada pelo Observatório da Universidade Estadual de Maringá.

A origem à Tipologia Sócio Ocupacional juntamente com as unidades territoriais de análise, as Áreas de Ponderação - APOND's e os elementos de caracterização da tipologia socioespacial dessa região, ou seja, da estrutura social que o território analisado apresenta. Segundo Rodrigues (2004), a organização das categorias é embasada na atividade produtiva ou na ocupação do morador, nos diferentes tipos de trabalho exercidos. Para esta abordagem a categoria trabalho é tida como fator que estrutura a sociedade como um todo, ou seja, é central para a organização da sociedade.

Além do trabalho, se considera também como elementos para a formação das categorias os fatores relacionados ao prestígio, o poder exercido pelo indivíduo e a renda (todos os elementos vinculados ao lugar que o sujeito ocupa neste mundo do trabalho). Estes são “o que efetivamente confere uma posição na hierarquia social” (RODRIGUES, 2004, p. 189). Preponderantemente observa-se como variável fundamental para o desenvolvimento deste método a utilização da ocupação, termo usado para a definição dos tipos de trabalho exercidos pela população na semana que antecede as pesquisas censitárias do IBGE. Os resultados da Tipologia Sócio-Ocupacional para a Região Metropolitana de Maringá, com os dados do Censo Demográfico do IBGE (2010), estabeleceram e classificaram os seguintes Tipos Sócio Ocupacionais, que se encontram mapeados por técnica de georeferenciamento no mapa apresentada anteriormente (**Mapa 2**):

Como apresentado no mapa Sócio-Ocupacional acima, foram identificados para a Região Metropolitana de Maringá 07 tipos Sócio-Ocupacionais, sendo que em Sarandi apenas dois tipos são identificados, aliás, bastante significativo, considerando a vulnerabilidade e características sociais do município. Na sequência, será realizada uma descrição de alguns percentuais das ocupações presentes no território de Sarandi conformados pelas APOND's.

O primeiro grupo Sócio-Ocupacional classificado foi o tipo Operário Popular Médio estão presentes as seguintes categorias ocupacionais, com as respectivas taxas de participação percentual:

- Agricultores: 2,48%
- Dirigentes: 0,34%
- Pequenos empregadores: 0,36%
- Intelectuais: 1,72%
- Ocupações Médias: 14,24%
- Trabalhadores do Terciário Especializado: 14,16%
- Trabalhadores do Secundário: 44,21%
- Trabalhadores do Terciário Não-Especializados: 22,5

No segundo grupo Sócio-Ocupacional classificado como tipo Popular estão presentes as seguintes categorias ocupacionais, com as respectivas taxas de participação percentual:

- Agricultores: 1.45%
- Dirigentes: 0.89%
- Pequenos empregadores 0.95%
- Intelectuais: 4.14%
- Ocupações Médias: 21.76%
- Trabalhadores do Terciário Especializados: 17.99%
- Trabalhadores do Secundário: 35.59%
- Trabalhadores do Terciário Não-especializados: 17.23%

Basicamente esses dados sobre o município apresentado pelo último IBGE (2010) reforçam a perspectiva de como a renda, o grau de instrução, o tipo do trabalho caracteriza a sociedade de Sarandi como desprovida de acesso a políticas públicas, apresentando uma características vulneráveis, usando como referência os próprios números municipais de atendimentos nos CRAS Esperança e Independência mais de 10.000 famílias, que se forem multiplicado por número de pessoas considerando uma média de 4 indivíduos por residência, teremos mais de 40.000 pessoas . Desta forma conclui-se que em Sarandi há vulnerabilidade e



desigualdade sociais bastante consideráveis justificando assim a violência existente. As mudanças na sociedade têm grande interferência no crescimento da violência, ou seja, a política, o desemprego e a economia têm provocado à intensificação dos conflitos em sociedade.

Outra explicação para a ocorrência da violência é que as recentes transformações na economia brasileira e na flexibilização das relações trabalhistas não apenas aumentaram as taxas de desemprego, mas também vêm contribuindo para o inchaço do mercado informal, de cuja magnitude não temos preciso conhecimento. Estudos sobre população prisional indicam proporções elevadas de delinquentes procedentes do mercado informal que jamais tiveram carteira profissional assinada ou contrato formal de trabalho firmado (BRANT, 1994; ADORNO; BORDINI,1991).

Recente estudo (BARROS ET AL, 2000, p. 123) levanta a hipótese segundo a qual,

o Brasil não é um país pobre, mas um país com muitos pobres. Em segundo lugar, acreditamos que os elevados níveis de pobreza que afligem a sociedade encontram seu principal determinante na estrutura da desigualdade brasileira uma perversa desigualdade na distribuição da renda e das oportunidades de inclusão econômica e social.

No entanto a não há como deixar de reconhecer relações existentes que persistem na sociedade brasileira, da concentração da riqueza, da concentração de precária qualidade de vida coletiva nos chamados bairros periféricos das grandes cidades e a explosão da violência fatal são características de muitas cidades brasileiras. Mapas da violência, realizados para algumas capitais brasileiras na década passada, indicavam que as taxas de homicídios eram sempre flagrantemente mais elevadas nessas áreas do que nos bairros que compõem o cinturão urbano melhor atendido por infraestrutura urbana, por oferta de postos de trabalho, por serviços de lazer e cultura. Neste horizonte social e político, convém lembrar que o Brasil continua a ter o pior índice de concentração de renda entre todos os países do mundo com mais de dez milhões de habitantes. Há fortes disparidades regionais entre os Estados do Sul, Sudeste e Nordeste.

Consequências do acesso desigual ao saneamento básico refletem-se igualmente na distribuição desigual das doenças infectocontagiosas, típicas de cenários de pobreza, e de doenças degenerativas, próprias de cenários sociais caracterizados pelo desenvolvimento e pela generalização do bem-estar no interior de uma população determinada (ADORNO, 2002, p. 115).

As disparidades na distribuição da renda mostram que a concentração da riqueza, leva a um acesso desigual ao mercado de trabalho. A expansão acelerada do mercado informal, fragilizando a institucionalização das relações de trabalho e agravando as situações possíveis de pobreza parecem constituir indicadores desta experiência brasileira. A desigualdade social e a concentração de riqueza, são fenômenos que persistem ao longo dos anos e o despeito do crescimento da riqueza e das mudanças por que vem passando a economia brasileira, coincidiram com fortes restrições ao Estado, para reduzir a violência através do estímulo ao desenvolvimento econômico-social, à expansão do mercado de trabalho e à garantia de um mínimo de qualidade de vida para o conjunto da população. Recentes análises mostram que a concentração de renda permanece a mesma de décadas atrás, então como justifica e explica a influência da desigualdade social sobre a violência? Para Sérgio Adorno (2002, p. 121):

Trata-se evidentemente de matéria controvertida. Seja o que for, a desigualdade social não é socialmente vivida e experimentada como era há duas ou três décadas. Ampliaram-se os padrões de consumo e de acesso a bens duráveis, mesmo entre os segmentos urbanos mais pauperizados. Não é raro que estudantes de ciências sociais, ao visitarem habitações populares, surpreendam-se com os equipamentos eletrônicos domésticos, inclusive computadores. Decerto melhorou o acesso dos segmentos mais pobres ao conforto proporcionado pelo progresso tecnológico. No entanto permanecem acentuadas restrições de direitos e de acesso às instituições promotoras do bem-estar e da cidadania.

Se alguns direitos foram conquistados, outros foram perdidos e outros ainda não alcançaram a maioria dos trabalhadores, como a cidadania eletrônica e informativa.

compõem a periferia urbana onde são precárias as condições sociais de existência coletiva e onde a qualidade de vida é acentuadamente degradada. Há fortes evidências de que o risco de ser vítima de homicídio é significativamente superior entre aqueles que habitam áreas, regiões ou bairros com déficits sociais e de infraestrutura urbana (ADORNO, 2002, p. 122).

Trata-se de bairros onde é precária a infraestrutura urbana, onde são elevadas as taxas de mortalidade infantil, onde a ocupação do solo é irregular e, quase sempre, ilegal e onde é flagrante a ausência de instituições públicas encarregadas de promover o bem-estar, sobretudo acesso a lazer para crianças e adolescentes como também de instituições encarregadas de aplicar lei e ordem. A presença destas agências é, não raro, associada aos fatos que denotam violência desmedida, repressão incontida e descaso de atendimento nos postos policiais. O Núcleo de Estudos da Violência (CARDIA; SCHIFFER, 2000) procura estabelecer relações

entre a distribuição espacial da violência e a distribuição espacial das condições de vida e de infraestrutura urbana. O estudo revela a que área, é maior a concentração populacional, o crescimento demográfico, a proporção de crianças e adolescentes, o congestionamento domiciliar (isto é, a proporção de pessoas vivendo por cômodo da habitação). Também é a região de menor oferta de empregos, de menor oferta de leitos hospitalares e de menor oferta de espaços e agências de promoção de lazer. É também nelas que se concentram as taxas mais elevadas de homicídio.

Portanto como é possível diminuir taxas de violência se não conseguimos garantir os direitos fundamentais como trabalho, saúde, educação que deveriam ser segurados como direitos universais?

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A violência faz parte de uma realidade ainda distante dos dados estáveis e controlados, considerando que a mesma é um fato que percorre um caminho histórico, que se manteve presente em tempos distintos e se expressou de diferentes formas, e que faz parte da complexidade das relações sociais e todos os aspectos que a envolvem, econômicos, políticos, éticos, culturais, morais e religiosos. Mas recentemente novos estudos têm vinculados novos fatores à violência urbana, em especial os homicídios à maneira como estão organizados nos territórios social e economicamente, numa busca de desmistificar a ideia de que violência e pobreza estão diretamente atreladas. Esse fenômeno urbano perpassa por vários grupos sociais e por muitos territórios e afetando principalmente os jovens de 15 a 29 anos como as principais vítimas de homicídios.

Com a pesquisa realizada no município de Sarandi podemos comprovar que vários são os esforços e tentativas de explicar os diversos fatores que influenciam os altos índices de violência, a fim de implementar e direcionar ações capazes de reduzir os impactos desse fenômeno na sociedade atual. As ações são voltadas para que a garantia dos direitos sociais básicos, como saúde, educação, moradia, trabalho e em especial o direito a segurança, sejam realmente efetivados, haja vista que para um grande contingente de moradores o acesso a esses direitos públicos considerados fundamentais, estão sendo constantemente negligenciadas pelo poder público nas mais diferentes esferas.

Em Sarandi as altas taxas de homicídios entre jovens de 15 a 29 anos, está atrelada às características socioeconômicas do território, isso pode ser confirmado por meio da correlação estabelecida, principalmente entre a Tipologia Sócio-Ocupacional e as taxas de homicídio, realizando também a correlação entre grau de instrução, renda, locais de moradia que influenciam na ocorrência dos homicídios.

Assim é possível diminuir taxas de violência se não conseguimos garantir os direitos fundamentais como trabalho, saúde, educação que deveriam ser segurados como direitos universais?

Tudo indica que os problemas da pobreza e da desigualdade social, são de ordem da justiça social, em que a ausência de direitos requer uma equidade entre os cidadãos sem que sejam violados os demais direitos como liberdade, igualdade, propriedade e à segurança. Assim a pobreza e a violência, se mostram na sociedade brasileira, através da concentração da riqueza, da precária qualidade de vida coletiva e nos chamados bairros periféricos, onde as

taxas de homicídios são mais elevadas nessas áreas do que nos bairros que compõem o cinturão urbano melhor atendido por infraestrutura urbana, por oferta de postos de trabalho, por serviços de lazer e cultura.

Então se a crise econômica afeta a qualidade de vida de imensas populações urbanas, sobretudo quem possui uma baixa renda, a crise afeta também a capacidade do Estado em aplicar as leis e garantir a segurança da população. Os sintomas mais visíveis desse cenário são as dificuldades e os desafios enfrentados pelo poder público em suas tarefas constitucionais de deter o monopólio estatal da violência, sintomas representados por várias situações como as rebeliões nas prisões, ou pela existência de áreas nas cidades onde prevalecem as regras ditadas, por exemplo, pelo tráfico de drogas em detrimento da aplicação das leis. Portanto todo esse processo nacional se reflete no município de Sarandi, onde a periferia é marcada pela vulnerabilidade social e violência, refletida no número de homicídios principalmente entre jovens.

Os números de Sarandi não estão longe dos números nacionais, pois as características das vítimas de homicídio em relação ao sexo e faixa etária no Brasil são homens com idade entre 18 a 29 anos que são os mais vitimados (OMS, 2000). Realidade essa que foi constatada nos materiais pesquisados durante o trabalho de campo, que apontou o perfil das vítimas, sobretudo, o sexo, a faixa etária, a arma mais utilizada, local de moradia e local de ocorrência do homicídio.

O elemento mais importante se refere a identificação do local de ocorrência do homicídio, pois este nos possibilitou a espacialização nos territórios pesquisados, ou seja, onde foram cometidos os homicídios. Nesta perspectiva, a organização social, política e econômica do território são fatores determinantes em uma dada comunidade. Deste modo, as características do município, da organização e do planejamento do território devem ser observados e avaliados pelas gestões públicas ao elaborarem ações na tentativa de diminuição das muitas modalidades de violência. Pois a falta de conhecimento destes territórios leva as gestões públicas a estimular políticas imediatistas e de curto prazo não exercendo o papel primordial das políticas setoriais de segurança pública e de proteção a sociedade, seguindo a característica de cada território.

Em Sarandi os bairros mais violentos, conforme esta pesquisa mostrou, ficam na região Sul do município, principalmente nos bairros do Jardim Esperança, Monte Rey e Floresta, região desprovida de políticas públicas, locais ainda com partes sem pavimentação asfáltica, com apenas uma UBS que atende uma região de mais de 10 bairros, com um CRAS

cujo acesso é totalmente longe destes bairros, não sendo possível sem carro ou ônibus. Assim as ações da gestão municipal precisam ser planejadas e implementadas através de projetos e programas sociais que visem o atendimento adequado da população. Além do município é necessário que o Estado também realize ações voltadas para cada território, tanto na área de segurança pública como na área de planejamento urbano, via Estatuto das Cidades e Planos Diretores, supondo que esse envolvimento da gestão através do controle social seja mais efetivo no combate a violência. É preciso que essas ações de segurança aconteçam em conjunto com outras políticas, para que não tenha apenas um caráter punitivo, mas sim de prevenção.

É importante dizer, por fim, que não se pretende esgotar o tema, nem fornecer uma receita infalível de combate e prevenção aos crimes que resultam em morte, mas levantar o debate acerca dos determinantes estruturais da violência e criminalidade e contribuir para a reflexão sobre estratégias capazes de minimizar a violência no município de Sarandi.

## REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Sérgio Henrique. **Os despossuídos: crescimento e pobreza no país dos milagres**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- ABREU, Maurício de Almeida. Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro. **Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos**, NERU, Ano XIV, n 37, 1994, pag.34-36.
- ADORNO, Sérgio. Monopólio Estatal da Violência na Sociedade Brasileira Contemporânea. **O que ler na ciência social brasileira**. São Paulo: ANPOCS/Sumaré/Capes, 2002.
- ADORNO, Sérgio. Exclusão Socioeconômica e violência urbana. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, n. 8, ano 4, jul/dez 2002.
- ADORNO, Sérgio. Mortes violentas no Brasil, 2017. <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/mortes-violentas-no-brasil-perguntas-e-respostas.ghtml>
- ALMEIDA, Eliza, 2003, O processo de periferização e uso do território brasileiro no atual período histórico. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (Org.) **Território Brasileiro: usos e Abusos**. Campinas, SP: Territorial, p. 213-239.
- ALMEIDA, João Ferreira. Integração social e exclusão social: algumas questões. **Análise social**. v. 28, p. 829-834,1993.
- ARAÚJO, Marivânia da Conceição de. **O bairro Santa Felicidade por ele mesmo: espaço urbano e formas de representações sociais em Maringá**. 2005. 290 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista Julio Mesquita Filho (UNESP).
- ATHAYDE, Celso; BILL, Mv; SOARES, Luiz Eduardo. **Cabeça de Porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.
- BARRETO, Ana Claudia de Jesus. **O lugar dos negros pobres na cidade: estudo na área de risco do bairro Dom Bosco**. 2010. 136 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010.
- BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 1775.
- BLAY, Eva. Adolescência: uma questão de classe social e gênero. In: LEVISKY, David Léo (Org.). **Adolescência e violência: consequências da realidade brasileira**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.
- BRASIL. **Constituição**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília: Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente, 2002

BRASIL. **SINASE** – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2006.

BONDUSKI, Nabil George. **Origens da Habitação Social no Brasil**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34/Edusp. 2000.

CAMPOS, Adrelino. **Do quilombo à favela**: A produção do espaço criminalizado no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CAMPOS, A. de O. **O planejamento urbano e a “invisibilidade” dos afrodescendentes**. 2006. 392. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/16/teses/680588.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2016.

CANO, I; SANTOS, N. **Violência letal, renda e desigualdade no Brasil**. Rio de Janeiro: 7Letras; 2007.

CARDIA, N.; ADORNO, S.; POLETO, F. Homicídio e violação de direitos humanos em São Paulo. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 47, São Paulo, 2003.

CARDIA, Nancy das Graças; SCHIFFER, Sueli Terezinha Ramos. Violência e desigualdade social. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 54, n. 1, p. 25-31, 2002.

CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Ensaio de Geografia Contemporânea**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTELLS, M. Théorie et idéologie em sociologie urbaine. **Sociologie et Sociétés**, t. 1, nº 2, 1969.

CECCHETO, F. Galeras funk cariocas: entre o lúdico e o violento. In: VIANNA, H. (Org.). **Galeras cariocas**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A Rede Urbana**. São Paulo: Ática, 1989.

DATASUS. Departamento de Informática do SUS. Indicadores e Dados Básicos do Brasil – 2011. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2012/matriz.htm#mort>. Acesso em: 09 fev. 2014.

DURKHEIM, Émile. Prefácio à segunda edição original. In: DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**, 6. ed. Lisboa: Presença, 895, p. 23 e 30.



FELIX, S. A. A “**geografia do crime**” urbano: aspectos teóricos e o caso de Marília – SP. 1996. 322 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.1996.

FERRAZ, Sonia Maria Taddei; POSSIDÔNIO, Edson dos Reis. Violência, Medo e Mercado: uma análise da publicidade imobiliária. **Impulso**, Piracicaba, 15(37), pp. 79-88, 2004.

FERNANDES. F. **Significado do protesto negro**. São Paulo. Cortez Editora. 1989. p. 24.

FRANÇA, Danilo Sales do Nascimento. Segregação Residencial e Relações Raciais no Brasil: Em busca de uma problemática sociológica. **Anais do II Simpósio Nacional sobre Democracia e Desigualdades**. Brasília, 2014.

GALVÃO. Altair A. **Condomínios Horizontais Fechados. Um estudo de caso no município de Maringá-Pr**. 140 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Universidade Estadual de Maringá, 2007.

GALTUN, John. **Violence and its Causes**. Paris: Imprimerie des Presses Universitaires de France/Unesco, 1981.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal: Parte Geral: Volume I**. 10.ed. Niterói: Impetus, 2008.

GOMES, Luiz Flávio. **Mortes no trânsito: Brasil é o 4º do mundo**. Disponível em: <http://professorlfg.jusbrasil.com.br/artigos/113704460/mortes-no-transitobrasil-e-o-4-do-mundo>. Acesso em: 18 out. 2014.

GUIMARÃES, S.P; CAMPOS, P. H. F. Sociabilidade violenta: contemporaneidade e os novos sociais. **Revista Estudos**, Goiânia, v. 35, n. 5, p. 901-913, set./out. 2008.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização. Do “fi m dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 19-98. 395p. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2006, p. 81-100. 188p.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves, São Paulo: edições Loyola, 2004.

HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

HUGUES, P. J. A. 2004. Segregação socioespacial e violência na cidade de São Paulo: referências para a formulação de políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 93-102, out.-dez. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n4/a11v18n4.pdf>. Acesso em: 1. dez. 2009.

JACOBI, Pedro Roberto. Equipamentos de consumo coletivos, demandas sociais, e cidadania In: COVRE, Maria (Org.). **A cidadania que não temos**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

KASHIWAGI, Helena Midori. **A interação da geografia com o planejamento urbano nas análises espaciais dos espaços marginalizados no urbano**. Disponível em: <http://geografiahumanista.files.wordpress.com/2009/11/helena1.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2014.

LACOSTE, Yves. **Geografia do Subdesenvolvimento**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

LEVISKY, David Léo (Org). **Adolescência e violência**: consequências da realidade brasileira. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

MARICATO, Ermínia. **Habitação e cidade**. São Paulo: Atual, 1997.

MARICATO, E. 2000. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 21-33, out.-dez. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n4/9749.pdf>. Acesso em: 1. dez. 2009.

MAUTTNER, Yvonne. A periferia como fronteira de expansão do capital. In: DÉAK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (Orgs.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1999, p. 244-259.

MIGUEL, Sylvia. “Repressão policial não é política preventiva”, diz Adorno. **Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo**. 13/03/2017. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/noticias/201crepressao-policial-nao-e-politica-preventiva201d-diz-adorno>. Acesso em: 27 jun. 2020.

MINAYO, M. C. S. A condição juvenil no século XXI. In: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; Njaine, K. (Orgs.). **Amor e violência**: um paradoxo das relações de namoro e do “ficar” entre jovens brasileiros. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; 2011. p. 17 – 44.

MOURA, R. **Arranjos urbano-regionais no Brasil: uma análise com foco em Curitiba**. Tese (Doutorado em Geografia)-Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009

OLIVEIRA, Márcio Pinon de. Para compreender o “Leviatã Urbano” - A cidadania como Nexo Político-Territorial. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.) **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011.

OMS. Organização Mundial de Saúde. **Relatório Mundial sobre violência e saúde**. Genebra: OMS, 2002.

PINHEIRO, Christiane Nicolau. **Subculturas Juvenis: uma breve discussão em torno da participação feminina em gangues ou galeras de Belo Horizonte**. Monografia. Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010.

Posterli, Renato. **Violência Urbana**: abordagem multifatorial da criminogênese. Belo Horizonte: Inédita, 2000.

RATTS, A. Temas geográficos no pensamento de Beatriz Nascimento e Lélia Gonzales. In: SANTOS, R. E. (Org.). **Questões urbanas e racismo**. Petrópolis, RJ: ABPN, 2012. (Coleção Negras e Negros: Pesquisas e Debates)

RODRIGUES, Ana Lúcia (Org.). **Maringá**: Transformações na Ordem Urbana. Coordenação Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital/ Observatório das Metrôpoles, 2015.

RODRIGUES, Ana Lúcia. **A Pobreza mora ao lado**: segregação socioespacial na região metropolitana de Maringá. PUC/SP, Brasil, 2004.

SANTOS, J. V. T. A agonia da vida: mortes violentas entre a juventude do país do futuro. In: CRUZ, M. V. G., BATITUCCI, E. C. (Org.). **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p. 11- 24.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único a consciência universal. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 6. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2002.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: Técnica e tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 16. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SILVA, L. A. M. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. **Sociedade e Estado**, v. 19, n. 1, p. 53-84, 2004.

SILVA, L. A. M. Criminalidade violenta: por uma nova perspectiva de análise. **Revista de Sociologia e Política**, n. 13: 115-124, nov. 1999.

SILVA, M. O. da S. (Coord.) **O Comunidade Solidária**: o não-enfrentamento da pobreza no Brasil. São Paulo: Cortez, 2001.

SOARES, I. E. **Violência e Política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 1996.

SOUZA, M.L. Clima de Guerra Civil? Violência e medo nas Grandes Cidades Brasileiras. In: ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de (Org). **Que País é Esse? Pensando o Brasil Contemporâneo**. São Paulo. Globo, 2005.

SOUZA E. R. Masculinidade e violência no Brasil: contribuições para a reflexão no campo da saúde. **Ciênc. Saúde Coletiva**. v. 10, n. 1, p. 59-70, 2005.

SFOSÄIT, Aldaíza (Coord.). **Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo**. São Paulo: EDUC, 1996.

SPOSITO, M. E. B. Loteamentos fechados em cidades médias paulistas – Brasil. In: SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; SORBAZO, O. (Orgs.). **Cidades médias**: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

TAVARES FILHO, Thomé Elisiário. **Padrões de valores e expectativas de futuro dos menores marginalizados em Manaus**. Manaus: EDUA, 2001.

TELLES, Vera da Silva. Espaço público e espaço privado na constituição do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 23-48, jun. 1990. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20701990000100023&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20701990000100023&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 14 ago. 2020.

VELOSO, Elizabet A. G. **Da Favela ao Bairro: Transformação no Espaço Habitado em Sarandi**. Dissertação (Mestrado Geografia)-Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2003.

VILLAÇA, F. **Espaço intra---urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/ FAPESP, 2001.

PLHIS. **Plano Local de Habitação de Interesse Social do município de Sarandi**. Observatório das Metrópoles, Núcleo RMM. Julho de 2008. Disponível em: [http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/ETAPA\\_1PROPOSTA\\_METODOLOGICA\\_E\\_REL\\_DE\\_ATIVIDADES.pdf](http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/ETAPA_1PROPOSTA_METODOLOGICA_E_REL_DE_ATIVIDADES.pdf). Acesso em: 10 mar. 2011.

ZALUAR, Alba Maria. **Paradoxos do crime-negócio global no Brasil**. Disponível em <http://www.ims.uerj.br/nupevi/paradoxos.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2010.

WASELFISZ, Júlio Jacob. **Mapa da Violência 2010: Anatomia dos Homicídios no Brasil**. São Paulo: Instituto Sangari, 2010.

WANDERLEY, M. B. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, B. **As artimanhas**